

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

**HETEROGENEIDADE, LINGUAGEM E FEMININO:
UMA ABORDAGEM LINGÜÍSTICA E
PSICANALÍTICA ACERCA DO FEMININO EM
TEXTOS DE CLARICE LISPECTOR**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PPGL

Luciana Portella Kohlrausch

Santa Maria, RS, BRASIL

2009

**HETEROGENEIDADE, LINGUAGEM E FEMININO:
UMA ABORDAGEM LINGÜÍSTICA E
PSICANALÍTICA ACERCA DO FEMININO EM
TEXTOS DE CLARICE LISPECTOR**

por

Luciana Portella Kohlrausch

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Lingüísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) RS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Lingüísticos.

Professora orientadora: Prof^a Dr^a Vera Lúcia Pires

Santa Maria, RS, BRASIL

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**HETEROGENEIDADE, LINGUAGEM E FEMININO: UMA
ABORDAGEM LINGÜÍSTICA E PSICANALÍTICA ACERCA DO
FEMININO EM TEXTOS DE CLARICE LISPECTOR**

Elaborada por

Luciana Portella Kohlrausch

Como requisito parcial para a obtenção do grau de

Mestre em Letras

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Profª Dr. Vera Lúcia Pires
(Presidente- Orientadora)**

Profª Dr. Karina Giacomelli

Profª Dr. Vera Lucia Lenz Vianna

Santa Maria, 30 de junho de 2009.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

A HETEROGENEIDADE, LINGUAGEM E FEMININO: UMA ABORDAGEM LINGÜÍSTICA E PSICANALÍTICA ACERCA DO FEMININO EM TEXTOS DE CLARICE LISPECTOR

AUTORA: LUCIANA PORTELLA KOHLRAUSCH

ORIENTADOR: VERA LÚCIA PIRES

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 03 de agosto de 2009.

Essa dissertação tem como objetivo analisar, segundo a teoria de Authier-Revuz, textos de Clarice Lispector e relacionar essa análise com teorias sobre o feminino. O corpus do trabalho são textos do livro “A descoberta do mundo” de Clarice Lispector, no qual se encontra um conjunto de textos que foram publicados em jornal. Os pressupostos teóricos utilizados foram a Lingüística da Enunciação, especificamente a teoria da(s) heterogeneidade(s) de Authier-Revuz e a psicanálise freudo-laciana. Authier-Revuz diferencia heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constituída. A heterogeneidade mostrada é classificada em diversas formas de marcas lingüísticas no texto que denunciam essa heterogeneidade. A psicanálise mostra que o feminino está no lugar de representar o significante da falta. Essas associações mostram as características da escrita feminina: transparecer uma falta.

Palavras – chave: enunciação, heterogeneidade, feminino, psicanálise.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Language Post-graduation Program
Federal University of Santa Maria

HETEROGENEITY, LANGUAGE AND FEMININE: A LINGUISTIC AND PSYCHOANALITICAL APPROACH ABOUT THE FEMININE ON TEXTS WRITTEN BY CLARICE LISPECTOR

AUTHOR: LUCIANA PORTELLA KOHLRAUSCH

ADVISOR PROFESSOR: VERA LÚCIA PIRES

Location and Date of Assert: Santa Maria, August 3rd 2009.

This dissertation aims at analyzing texts written by Clarice Lispector according to the theory of Authier-Revuz and relating the findings of such analysis to theories about the feminine. The corpuses of this work are texts from the book "A descoberta do mundo" ("The discovery of the world") by Clarice Lispector on which there is a set of texts that have been published on newspaper. The theoretical implications that have been used were the Enunciation Linguistics, most specifically the theory of the heterogeneity(ies) of Authier-Revuz, and the freudian-lacanian psychoanalysis. Authier-Revuz distinguishes shown heterogeneity from constituted heterogeneity. The shown heterogeneity is classified in many forms of linguistic marks on the text which point to this heterogeneity. The psychoanalysis shows that the feminine takes the place of representing the significant of the lacking. These associations show the characteristics of the feminine writing: enlightening some lacking.

Keywords: enunciation, heterogeneity, feminine, psychoanalysis.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer
à professora doutora Vera Lúcia Pires:
pela orientação desse trabalho e pela amizade

À professora doutora Karina Giacomelli
pela leitura na qualificação e disponibilidade de ajuda

À coordenadora do curso de pós-graduação
professora doutora Amanda Eloina Scherer

Ao programa de pós-graduação de Letras na pessoa do Jandir e da Irene
pela boa vontade comigo sempre que precisei.

Às colegas de mestrado Ana Nelcinda e Maria do Socorro
pelo companheirismo e ajuda.

Aos professores do curso de mestrado em Estudos Lingüísticos

À professora doutora Ceres Bevilaqua

Aos colegas de profissão
Luis Henrique Pereira e Vanessa Solis e Márcia Alves:
Foram essenciais ao dividir toda forma de sentimento não apenas em relação
aos estudos e ao trabalho, mas também em relação à vida.

Às minhas amigas todas que somam alegrias a minha vida e dividem tristezas
quando necessário.

Aos meus irmãos Priscila e Marcos por estarem sempre perto, pela
preocupação que sempre tiveram comigo e pela amizade.

Aos meus pais:
Ensinaram-me o completo sentido da palavra *incondicional*.
Amor incondicional, dedicação incondicional e também o meu orgulho
incondicional.

Ao Guilherme
que foi nesses últimos meses meu refúgio, minha risada, minha determinação,
minha inspiração e meu amor.

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
ABSTRACT.....	5
INTRODUÇÃO.....	9
PRIMEIRA PARTE	
A CONSTRUÇÃO DO PERCURSO NA LINGÜÍSTICA.....	13
1. CAMINHO ATÉ A(S) HETEROGENEIDADE(S).....	13
1.1 ENTRE SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS.....	14
1.2 A PASSAGEM À ENUNCIÇÃO.....	19
1.2.1 A ENUNCIÇÃO.....	19
1.2.2 OS DÉITICOS.....	27
2. A PSICANÁLISE NO MEIO DO CAMINHO.....	32
3. EM DIREÇÃO À(S) HETEROGENEIDADE(S): A TEORIA DE AUTHIER-REVUZ.....	40
3.1 HETEROGENEIDADE NA LINGÜÍSTICA.....	42
3.1.1 PSICANÁLISE.....	42
3.1.2 DIALOGISMO.....	45
3.2 HETEROGENEIDADE CONSTITUTIVA E HETEROGENEIDADE MOSTRADA.....	50
3.3 MODALIZAÇÃO AUTONÍMICA.....	54
3.3.1 AUTONÍMIA.....	55
3.3.2 CONOTAÇÃO AUTONÍMICA.....	56
3.3.3 MODALIZAÇÃO AUTONÍMICA.....	56
3.3.4 ASPAS.....	57
3.4 NÃO-COINCIDÊNCIAS DO DIZER.....	58
SEGUNDA PARTE	
PERCURSO ATRAVÉS DO FEMININO.....	64
1. A FORMAÇÃO DO SUJEITO FEMININO.....	64
2. A ESCRITA FEMININA.....	72
TERCEIRA PARTE	
EM DIREÇÃO À ANÁLISE.....	77

1. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	77
1.1 CAMINHO METODOLÓGICO.....	77
1.2 A DESCOBERTA DO MUNDO.....	79
1.3 A CLASSIFICAÇÃO UTILIZADA.....	80
1.4 A CLASSIFICAÇÃO DA PALAVRA.....	81
2. ANÁLISE.....	82
2.1 A PALAVRA FALTA.....	83
2.2 A PALAVRA TRANSBORDA O SENTIDO.....	85
2.3 A PALAVRA SE MATERIALIZA.....	87
2.4 A PALAVRA GANHA VIDA.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94
ANEXOS.....	96

INTRODUÇÃO

Através de palavras, são expressos incontáveis sentimentos. Através de palavras, são feitos atos. Através de palavras, pode-se fazer silêncio. Através de palavras, pode-se não ouvir. A palavra faz da ausência uma presença. A palavra transforma o triste em alegre, a palavra pode fazer-se corte.

Escrever é transformar a palavra em eterno, é dar à palavra estatuto de vida, de movimento, de tempo. Com a escrita, as palavras mudam de lugar, as palavras atravessam o tempo. Com a escrita, as palavras chegam onde, talvez, a fala não chegue. É através da escrita que se tem aqui um estudo acerca da obra de Clarice Lispector. É porque existe a escrita que um estudo desse tipo é possível, porém não é apenas pela possibilidade de escrita, é também, e principalmente, pela possibilidade de escrita das mulheres.

Houve época em que isso não era aceitável, que não era dado o direito de escrita às mulheres e era, assim, negado também às pós-gerações a possibilidade de leitura do que essas mulheres queriam dizer. Muito foi se transformando culturalmente e, na época de Lispector, uma mulher já podia escrever. Graças a isso, nos tempos atuais, a obra lispectoriana tem um grande alcance, possibilitando, assim, a qualquer leitor mergulhar no mar de indagações e de devaneios que a autora deixou.

Podemos agrupar inúmeros escritos femininos, especialmente cartas e diários que foram escritos outrora e publicados na atualidade. No entanto, em outras épocas, o escrito de mulheres – quando existia – raramente era material de interesse da sociedade, ficava em nível individual, ou seja, no resguardo do lar. Hoje essa realidade é diferente, pois existem representantes do sexo feminino escrevendo e se fazendo escutar.

A partir dessa primeira articulação acerca do feminino, é importante salientar que o feminino, a ser mencionado aqui, não é necessariamente o gênero feminino, mas a maneira com que o sujeito se depara com a sexualidade e, assim, a maneira como a psicanálise vê a diferença sexual.

As mulheres mostram a falta fundante do ser humano, carregam o peso da falha. É o discurso faltante das mulheres que angustia, que impulsiona a questão do presente estudo.

Clarice Lispector é um grande nome na literatura nacional, uma representante de mulheres escritoras. Lendo seus textos, parece que ela escreve com a alma e refere que o ato de escrever, para ela, é inevitável. Isso demonstra o quanto ela deixa a escrita atravessar sua existência. Apesar de ser uma escritora de livros de literatura, a autora tem um vasto conjunto de textos veiculados em jornal, além de cartas. E são estes os textos analisados aqui, conjugados no livro: *A descoberta do mundo*.

Antonio Cândido, em um texto presente no livro *A paixão segundo G.H.*, edição crítica, agrupa Lispector com Guimarães Rosa para demarcar que os dois fazem, na década de 40, o que ele chama de um *esforço de invenção da linguagem*. O autor coloca que os dois escritores se preocuparam em obter um equilíbrio novo entre tema e palavra, dando importância igual aos dois. Dessa forma, o leitor sentiria que o texto não é *um farrapo do mundo imitado pelo verbo, mas uma construção verbal que trazia o mundo no seu bojo*. (1996)

Essa definição primeira e exemplar da escrita Lispectoriana apresenta um detalhe importante para a justificativa aqui definida: o além da descrição do mundo. Esse olhar para dentro de si, com a delicada capacidade de colocar isso em palavras fazem da autora de *A hora da estrela* uma escritora ímpar em seu tempo e ainda nos dias atuais. E esse foi o principal ponto de atração para usá-la no presente estudo, aliada à admiração pela literatura da escritora.

Olga Borelli, no mesmo livro citado acima, fala de Lispector expondo que ela *“escrevia simplesmente. Como quem vive”*. E, dessa forma, quando o parar de escrever se fazia pauta, a própria Clarice dizia que *“não tinha vocação para o suicídio”*. A morte, assim, era-lhe apresentada com a possibilidade de abandonar sua escrita. O valor dado à palavra era inevitável.

São os textos de *A descoberta do mundo* que irão guiar o presente estudo. Levando em conta que a escritura de um texto transparece traços de quem o escreve e que isso ocorre tanto nas idéias apresentadas quanto nas escolhas linguísticas feitas pelo sujeito autor do texto, faz-se nesse trabalho uma análise das marcas linguísticas dos textos de Lispector. Mais precisamente através de não-coincidências do dizer presentes no texto. E

essas não-coincidências são relacionadas com os achados sobre a escrita feminina.

Não-coincidências do dizer são conceituações presentes na teoria da linguista francesa Jacqueline Authier-Revuz. Ela chama de heterogeneidade constitutiva sua teoria de que a linguagem não é um todo fechado.

Esse objetivo surgiu a partir das questões relativas ao feminino, a como podemos nos aproximar de questões do feminino pensando no que o constitui. As questões sociais que atravessam o discurso são importantes, mas não serão mencionadas aqui.

Anteriormente ao seguimento dos escritos, é de suma importância apresentar o que essa análise não pretende ser. Esse trabalho não se apresenta na área da literatura, sendo assim, não se pretende aqui analisar a obra de Lispector como um todo; também e principalmente, esse trabalho não faz qualquer tipo de análise sobre a vida de Clarice Lispector. Apesar de ser um livro em que ela escreve quase que inteiramente em primeira pessoa e “conversa” com o leitor, não está sendo julgada a veracidade destes escritos em relação ao que se pode chamar de realidade e, mesmo, não há a pretensão de analisar a escritora através de sua escrita; finalmente, não é feita uma análise de conteúdo acerca dos textos da obra, mas uma análise linguística dos textos.

Feminino e psicanálise formam uma dupla há pelo menos um século, desde a época da criação da psicanálise. A questão que desacomodou Freud e o fez inventar um novo método de terapia, uma nova maneira de ajudar a quem sofria de problemas mentais, foi uma doença que acometia as mulheres da época, que ele chamou de histeria. E foi com elas que o psicanalista aprendeu a ouvir, pois antes falava, hipnotizava, até o momento em que uma paciente, denominada Ana O, mandou-o calar-se e deixá-la falar. Nasce então o método de escuta analítica que vem se desenvolvendo até hoje.

Em relação à linguagem, pode-se entender que ela é simplesmente o que permeia tudo, o que deu sentido para qualquer espécie de terapia convocada por qualquer mestre. Desta maneira, a análise da linguagem nas mulheres históricas é o que nos dá subsídios para interpretarmos o que ocorre individualmente.

O texto será analisado aqui sob dois vieses importantes, que serão as teorias da enunciação e a teoria psicanalítica. Para dialogar neste trabalho, buscamos nas teorias da enunciação os autores Émile Benveniste, Mikhail Bakhtin e Jacqueline Authier-Revuz, bem como outros autores que os seguem. A psicanálise será a freudo-lacanianiana, que fundamenta a formação inicial de quem aqui escreve e impulsionou a pesquisa.

Essa é a abertura do que se pode ter como um ensaio sobre o feminino e as palavras, essas duas fontes constantes de estudos e questionamentos. Esse ensaio se faz dividido em três partes: a primeira parte visa a construir um percurso na linguística, a segunda parte transcorre um delineamento à escrita feminina e, por fim, a terceira parte concentra a metodologia e a análise dos textos de Lispector.

PRIMEIRA PARTE

A CONSTRUÇÃO DO PERCURSO NA LINGÜÍSTICA

A primeira parte desse trabalho visa a delinear um caminho teórico feito dentro da linguística que resulte em entendimentos sobre a teoria da(s) heterogeneidade(s) da linguagem. Para tanto, essa parte está dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo visa a traçar um percurso no que concerne aos pressupostos da enunciação. No segundo capítulo, têm-se as contribuições da psicanálise em relação aos conceitos da linguística, principalmente no que se refere à influência dessa na teoria de Authier-Revuz.

Como terceiro capítulo tem-se a teoria de Authier-Revuz sobre a(s) Heterogeneidade(s) da linguagem de Authier-Revuz.

1 Caminho até a(s) heterogeneidade(s)

No primeiro capítulo dessa primeira parte, pretende-se recuperar as bases teóricas sobre a enunciação. Este capítulo divide-se em dois subcapítulos: no primeiro se trabalhará algumas divisões ocorridas dentro da linguística, importantes para o entendimento do percurso teórico. Através dessas divisões é possível trabalhar alguns conceitos que são fundamentais para o estudo aqui proposto. O segundo subcapítulo coloca em pauta as teorias da enunciação de Benveniste e Bakhtin.

1.1 Entre semelhanças e diferenças a delimitação de um caminho

Sendo a linguística uma ciência de muitos anos e de diferentes vertentes, o início de um trabalho nessa área requer uma delimitação do percurso a que se segue. Optou-se, neste trabalho, por introduzir o estudo da linguagem através de Saussure.

Dentro da análise dos estudos de Saussure, é possível encontrar várias bifurcações, dentre as quais as que se verificam a seguir. Essas divisões que a linguística sofreu ao longo dos anos aqui serão descritas para se aproximar da vertente da autora base desse estudo – Jacqueline Authier-Revuz.

Tem-se como ponto de referência inicial um dos livros mais importantes dessa ciência – o “Curso de Linguística Geral”, de Ferdinand de Saussure. A importância que a mencionada obra possui, nos dias atuais, parece ter sido antecipada e ter pesado aos ombros do linguista, pois ele não publicou nada do que estava estudando.

Saussure ministrava aulas e quando incentivado a escrever sobre essas aulas respondeu que não se sentia liberto para tal publicação, pois apresentava mais dúvidas do que soluções para os problemas da linguística da época. (Saussure, 1977)

O que ocorreu foi que suas aulas foram anotadas por alguns alunos e foram eles que, posteriormente, escreveram um compêndio de pensamentos do mestre e publicaram o tão famoso “Curso”. (Idem)

A obra oferece uma nova versão da linguística da época, querendo transformá-la em ciência. O autor almejava, portanto, fazer da linguística uma ciência, procurando, desse modo, o objeto desta: a língua. Assim, analisar-se-á inicialmente este objeto da ciência da linguística para Saussure, com diferenciações em relação a outros termos e conceitos, como a linguagem e a fala.

A linguagem abrange a língua e a fala, sendo possuidora de um lado individual e outro, social. Estes dois lados precisam existir mutuamente e são, respectivamente, a fala e a língua. Enquanto o lado individual representa uma evolução, o lado social representa um sistema. Esses conceitos mostram um dos mais famosos binômios de Saussure: língua/fala.

O linguista se utiliza dessa dicotomia para definir a língua como objeto de estudo da então nova ciência da linguagem. A língua caracteriza-se como objeto de ciência por ser social, homogêneo, concreto - um conjunto sistemático de signos.

De outro modo, a fala é tida como individual, transitória, heterogênea, razão pela qual fica fora dos estudos da linguística. Com isso, Saussure exclui o sujeito emissor da fala na definição do objeto de estudo da linguística.

O que interessou para Saussure foi a parte interna desse objeto, que é o signo linguístico e as relações entre esses signos. Para o precursor da lingüística estruturalista, a língua é um sistema de signos distintos correspondentes a idéias distintas (SAUSSURE, 1977). O que é considerado essencial na língua é a união do sentido e da imagem acústica, sendo que significante e significado são as denominações para essas duas partes do signo.

A língua é vista, dessa maneira, como ordem própria, não é influenciável por exterioridades. E a partir dessas exterioridades algumas divisões importantes dentro da lingüística que aqui serão expostas de acordo com os estudos de Giacomelli (2002). A autora faz uma retomada dos estudos lingüísticos, registrando algumas cisões teóricas que a linguística sofre. Essas separações ocorrem ao longo dos anos, quando autores novos vão recorrendo a outras matérias para remodelar ou acrescentar conceitos na e da teoria da linguagem.

A primeira cisão que se aborda ocorrerá na linguística quando algumas correntes introduzem no estudo da linguagem aspectos que dizem respeito a exteriores linguísticos. Essa primeira divisão forma dois grupos. Um grupo segue Saussure e acredita na língua como ordem própria, acredita que só as questões relacionadas à língua interessam. O outro grupo recebe as exterioridades no estudo, fazendo relações entre esses exteriores e a linguagem.

Dentro deste segundo grupo, que recebe as exterioridades no estudo, existem diferentes interpretações em relação a esses exteriores. Entre essas diferentes interpretações, dois grupos ganham destaque nesse trabalho.

Em uma das vertentes, as idéias de Saussure são seguidas, pois a busca por exteriores não excluem a língua como ordem própria. Outra corrente

segue de encontro às idéias de Saussure e coloca a linguagem num meio em que a comunicação é o ponto chave. A língua é vista, nesse grupo, como um instrumento da linguagem. A psicologia, a lógica, a biologia são exteriores que irão complementar os estudos da linguagem e esse grupo irá preocupar-se com o que Saussure deixou de fora do campo de estudo da linguística.

A vertente que caracteriza a linguagem como comunicação inicia na década de 70, e age como uma reação ao domínio do formalismo na língua, segundo Teixeira (1999). Dentro deste grupo, encontram-se as linguísticas contemporâneas, como a sociolinguística, a pragmática, as teorias do texto, a enunciação e as teorias do discurso.

Cada uma dessas correntes tem suas peculiaridades e irão formar um ramo da linguística, buscando-se, no presente trabalho, especificar as teorias da enunciação.

Ressalta-se que, mesmo dentro da enunciação, têm-se divergências.

Nessas abordagens teóricas, aparecem dois importantes autores: Roman Jakobson e Émile Benveniste. Esses dois linguistas acabam estudando, cada um a seu modo, o que se pode considerar como o que deu origem aos estudos enunciativos – os shifters ou dêiticos – que serão estudados no item 1.2.2. Apesar de convergirem para o mesmo caminho, essas teorias acabam formando mais uma cisão linguística: entre uma linguística que privilegia a função comunicativa e outra linguística que privilegia o sujeito.

A Jakobsoniana preconiza as funções da linguagem e a benvenistiana faz do sujeito do discurso o principal componente. Dessa forma, chega-se à divisão entre as teorias funcionalistas e as teorias enunciativas. Das teorias funcionalistas, considera-se Jakobson como um dos estudiosos desse tema e das teorias enunciativas considera-se Benveniste.

As teorias funcionalistas privilegiam a função comunicativa que cada elemento cumpre na interação. Elas explicam a estrutura e o funcionamento interno do sistema linguístico pela função comunicativa. Nesse ramo, o fundamental da linguagem é a comunicação, sendo que os elementos do sistema devem garantir a transmissão e decodificação da mensagem, utilizando um código. Não há uma teoria do sujeito ou suas interações, mas enquanto Saussure acreditava no estudo basicamente da língua para o campo

de linguística, Jakobson voltou seus estudos justamente para o que Saussure excluiu – a fala.

Jakobson considera a comunicação como relação entre emissor e receptor, através de uma mensagem, por intermédio de um código. Em *Linguística e Comunicação* (1995), este autor aborda a linguagem como comunicação e analisa os aspectos fundamentais desta comunicação linguística, afirmando que *“qualquer ato de fala envolve uma mensagem e quatro elementos que lhe são conexos: o emissor, o receptor, o tema da mensagem e o código utilizado. A relação entre esses quatro elementos é variável”* (p.19). A análise do discurso, para o autor, detém-se no código comum entre emissor e receptor e é subjacente à troca de mensagens. *“Um processo de comunicação normal opera como um codificador e um decodificador. O decodificador recebe uma mensagem. Conhece o código. A mensagem é nova para ele e por via do código, ele a interpreta”* (p.23).

De outro lado, temos as teorias enunciativas que darão ênfase ao sujeito que profere a enunciado. Esse ramo da linguística colocará o sujeito no cerne da questão de estudo. E esse sujeito é aquele que é constituído pela linguagem, ou seja, o sujeito se forma na medida em que profere a linguagem.

A distinção entre enunciado e enunciação marca o objeto de estudo dessas teorias, pois o enunciado é o produto de uma ação que é a enunciação e o objeto de estudo dessas teorias é a produção do enunciado. Assim, não mais a linguística irá se preocupar apenas com a língua, nem como ordem própria e nem como instrumento de comunicação. A linguística se volta ao estudo do sujeito/locutor, com o interlocutor, com a situação em que o discurso está sendo proferido e ainda sobre o conteúdo do discurso. A enunciação será vista mais detalhadamente no capítulo 2.

Flores e Teixeira (2005), em seu trabalho sobre a enunciação, observam que se pode falar de uma Linguística da enunciação ou então de Teorias da enunciação, ou seja, a linguística da enunciação é uma só, diferentemente das inúmeras teorias enunciativas que existem.

São duas maneiras de considerar o sujeito que marcam a diferença entre esses dois caminhos. A primeira considera o sujeito como origem da linguagem e a segunda atribui à linguagem a função de promover o sujeito, é o sujeito efeito da linguagem.

Na primeira maneira, o sujeito considerado é aquele da psicologia – neuropsicologia e psicologia social. É o indivíduo que é fonte do sentido que ele exprime por uma linguagem que é instrumento de comunicação. O sentido é de fácil acesso, sem erros e dúvidas. Há um controle entre esse sujeito e o sentido do discurso.

O controle aqui observado entre o sujeito e seu discurso associa a enunciação à encenação, a jogo de máscaras, de imagens e de papéis. Nesses jogos, há uma relação interativa entre o sujeito e o *outro*. Há aqui um jogo especular, no nível do imaginário, em que está como papel principal a intencionalidade.

Esse sujeito enunciador dessa linha da linguística será sempre UM. Ele pode representar mais de um papel dentro do discurso, porém será fechado. Esse sujeito será dividido no sentido de desdobrado.

Finalmente, chega-se na linha em que o sujeito é efeito da linguagem. E esse é o sujeito da psicanálise e das teorias do discurso. Nessas teorias, há também a interação com o outro. O sujeito é, da mesma forma, dividido, só que é um dividido enquanto barrado. Ao contrário do anterior, esse sujeito é o NÃO-UM, não forma um todo homogêneo. Há a incompletude do sujeito e do discurso com uma ilusão de autonomia do sujeito em relação ao discurso.

Nessa concepção, o dizer não é transparente ao enunciador, esse dizer escapa, falha, pois é determinado pelo inconsciente e pelo interdiscurso. Aparecem, então, duas importantes teorias que embasam essas premissas: a psicanálise e o dialogismo, as quais serão aprofundadas posteriormente.

O sujeito-efeito é dividido enquanto descentrado, está sempre à mercê do Outro radical, de um heterogêneo absoluto que é desconhecido por esse sujeito. Essa teoria da enunciação será vista no capítulo sobre a enunciação.

A partir do escrito, pode-se visualizar um apanhado de divisões as quais a linguística sofreu através dos anos. Nesse item (1.1), tratou-se da primeira divisão – mostrando a língua para Saussure e a introdução das exterioridades – e tratou da segunda divisão que ocorre dentro da linha que considera as exterioridades. A terceira divisão entre as teorias funcionalistas e as teorias enunciativas foi apresentada nesse ítem, mas será aprofundada – na parte das teorias enunciativas – no 1.2. A quarta divisão, que deixa, de um lado, as teorias que consideram o sujeito como origem da linguagem e, de outro lado,

as teorias que consideram o sujeito como efeito de linguagem, também foram apresentadas nesse item; no entanto, a teoria de Authier-Revuz, a ser tratada no capítulo três, detalhará as teorias do sujeito-efeito.

1.2 A passagem à enunciação

1.2.1 Enunciação

A enunciação insere-se na parte da linguística que estuda a linguagem considerando as marcas do sujeito deixadas no discurso. Como foi visto no item 1.1, a linguística sofreu inúmeras separações ao longo dos anos, o que resultou em diferentes linhas formadoras dos diversos estudos que abrangem o estudo da linguagem.

Atualmente, segundo Flores e Teixeira (2005), na lingüística, pode-se recorrer a dois principais caminhos para o estudo da linguagem. Um primeiro caminho leva à formalização da língua, em que as regras e normas formais da língua ganham espaço maior. Outro caminho, o qual as teorias da enunciação estão incluídas, trabalha com a língua como heterogênea. Esse lugar heterogêneo da língua absorve irregularidades, falhas e desvios ao sistema.

O segundo caminho – que condiz com as linhas especificadas no primeiro capítulo, divididas em funcionalistas e enunciativas – será detalhado aqui. Primeiramente, através dos estudos de Jakobson, aproxima-se do que se chama de funcionalismo e, através de Benveniste, se traz mais aspectos da enunciação. Esses dois autores seguem como guia para o estudo, mas ressalta-se que não foram os únicos a escrever sobre os assuntos em pauta, embora sejam os mais importantes.

Em primeira instância, deve-se pensar, juntamente com Flores e Teixeira (2005), que o estudado pelas teorias da enunciação são as marcas lingüísticas deixadas pelo sujeito no enunciado, diferentemente do que se tem de estudos

sobre o sujeito. O autor remete também à idéia de que o conceito de enunciação depende do teórico abordado, mas é consenso que as marcas de enunciação no enunciado têm a ver com a instância em que o enunciado foi produzido, desta maneira o sujeito da enunciação é revelado.

É importante ressaltar também que se optou por usar o termo enunciação para todas as teorias apresentadas a partir daqui, incluindo Jakobson, mas que há estudos que o consideram dentro dos funcionalistas. É a partir do conceito de enunciação como marcas do sujeito em seu discurso que ele fica inserido nesse grupo, especialmente nos seus estudos sobre os shifters.

A teoria da enunciação inicia em Charles Bally, que é considerado o primeiro linguista pós-saussureano. Seguido de Jakobson, o linguista da comunicação, que confere importância às questões ligadas à comunicação entre os sujeitos. (Flores e Teixeira, 2005).

Enunciação é o ato de proferir o enunciado. É a ação de enunciar. Ele mostra uma característica importante da linguagem que é o valor do sujeito, pois sem esse sujeito, não se pode conceber o sentido universal de um enunciado. Esse sujeito é quem mostrará o contexto do enunciado.

Esse, porém, não é o sujeito dado pela gramática, o sujeito que determina o pronome, o sujeito da frase, mas o sujeito que pronuncia a linguagem. O sujeito indivíduo, o sujeito pessoa, o sujeito do inconsciente. Sobre este sujeito, que neste trabalho é o sujeito da psicanálise, já referido na introdução, se trabalhará mais especificamente no decorrer do texto.

Jakobson considera a comunicação como uma relação entre emissor e receptor, através de uma mensagem, por intermédio de um código. No entanto, segundo Giacomelli (2002) isso foi considerado simplista demais e, assim, buscaram-se componentes enunciativos da linguagem e o sujeito inserido num contexto situacional, social, psicológico, cognitivo, psicanalítico foi valorizado. O locutor se constitui por usar formas da língua que remetem ao sujeito e isso remete aos dêiticos, os quais serão trabalhados adiante.

Dos temas importantes, para esse estudo, trabalhados por Jakobson, têm-se: o estudo das afasias que implicam o estudo dos eixos de seleção e combinação; as funções da linguagem e, por fim, os dêiticos.

Se Jakobson está na referência acima é porque seu estudo tem a ver com a enunciação, mas se tem um autor que pode ser considerado como linguista da enunciação, esse é Émile Benveniste. Ele, segundo Flores, talvez seja o primeiro lingüista, a partir de Saussure, a desenvolver um modelo de análise da língua especificamente voltado à enunciação.

Sobre a enunciação propriamente dita, Benveniste se refere mais especificamente em seu texto *O aparelho formal da enunciação* (1970), no qual delimita características do que considera esse aparelho. Nesse texto, ele inicia afirmando que é importante considerar-se o emprego das formas, considerar-se um conjunto de regras em que aparece o que deve ou não ocorrer enquanto forma da linguagem. No entanto, ele distingue o que pertence ao emprego da forma do que ao emprego da língua, que, para ele, seriam diferentes mundos.

O emprego da forma dá espaço a um grande número de modelos de análise dessas formas, tantos quantos referentes linguísticos os precedam. Dispõe-se, então, de representações dessas formas que são construídas através de uma técnica comprovada. Diferentemente, tem-se o emprego da língua, que é o próprio conceito da enunciação. Assim, o autor mostra que

A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização (...). A condição específica da enunciação é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não no texto do enunciado, que é o nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação (BENVENISTE, 2006, p. 82).

O processo de enunciação é estudado, segundo o autor, sob três aspectos principais. O primeiro aspecto é que a enunciação é vista sob a *realização vocal da língua*. Os sons emitidos e percebidos procedem sempre de *atos individuais* que ocorrem no interior da fala, em determinado contexto. Diferentemente de outras práticas que buscam uma igualdade, uma média de sons, o aparelho formal da enunciação considera os atos individuais.

A língua é utilizada por um ato individual, no qual o locutor é o parâmetro das condições de enunciação. Anteriormente a isso, a língua era apenas uma

possibilidade de língua. A partir da enunciação, ela se coloca como discurso, proferido por um locutor que atinge um ouvinte e suscita outra enunciação.

O segundo aspecto é o mecanismo dessa produção. Transformar a língua em discurso é o que supõe uma enunciação, assim como observar como se formam os sentidos nas palavras, como diferenciar entre duas noções e como descrever sua interação. O autor enfatiza, assim, o discurso como ato individual. *Na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização* (BENVENISTE, 2006). A enunciação só poderá ter seu sentido totalmente compreendido se analisada juntamente com o momento e o local em que foi proferida.

Como terceiro aspecto, o autor articula que a enunciação se define no *quadro formal de sua realização*, ou seja, os instrumentos para a sua realização. Alguns desses caracteres são necessários e permanentes; outros são incidentais e ligados a particularidades do idioma utilizado.

A enunciação utiliza a língua para a expressão de uma relação com o mundo. O signo linguístico divide-se em significante, significado e tem-se o referente dele no mundo. Dessa maneira, a enunciação engloba também a questão da referência. Outro aspecto importante que a enunciação possibilita é a questão temporal. A temporalidade é produzida na e pela enunciação. A categoria de presente, que dá origem à categoria do tempo, nasce na enunciação. Não existe outra maneira de viver-se o agora e de torná-lo atual, senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo.

Um recorte da teoria de Benveniste feito por Giacomelli (2002) diz respeito à língua como sistema de signos, mostrando que isso ocorre, pois a língua tem a capacidade de falar dela mesma e desta maneira ser sua própria metalinguagem. Com isso, ainda aponta que um segundo nível de enunciação é formado. Estas considerações apontam para a diferenciação entre os níveis de significação semiótico e semântico. A língua, no sentido saussuriano, de sistema fechado, o nível semiótico trata a significação apenas no sentido de identificar signos linguísticos e, assim, cada elemento é definido a partir de sua relação com outro, independente da relação da linguagem com o mundo, ou seja, o referente aqui é excluído.

Entrelaçando o significado do signo - continua Giacomelli (2002) - situação do discurso e atitude do enunciador, o nível semântico proporciona uma abrangência maior à língua e considera o referente na linguagem. Desta maneira, temos que o nível semântico, o qual nos interessa, considera um ato de enunciação, o que quer dizer que a cada relação enunciativa se constroem os significados.

Da mesma forma que Benveniste introduziu a questão do sujeito no discurso e, principalmente, considerou uma alteridade nesse discurso, outro autor também trabalha com grandes achados sobre a alteridade no discurso. Mikhail Bakhtin acrescenta a noção de dialogismo, tão importante ao estudo aqui proposto. A dimensão dialógica ampara o conceito de linguagem e de *outro* para o autor russo. Sobre esse autor está mais especificado posteriormente no trabalho.

1.2.2 Dêiticos

Segundo Flores e Teixeira (2005), Roman Jakobson pode ser considerado um dos precursores dos estudos da enunciação, principalmente porque sua teoria sobre as funções da linguagem e o conceito de shifters (ou dêiticos), introduzido por ele, pressupõe a língua, a existência de um sujeito.

A linguagem existe, sob a condição de seis funções fundamentais, segundo Jakobson (1957): função referencial, função emotiva, função conotativa, função fática, função metalinguística e, por último, mas não menos importante, a função poética.

Essas funções são concebidas a partir do que se tinha como atos de comunicação. Assim, cita Jakobson (1957):

“para se ter uma idéia geral dessas funções, é mister uma perspectiva sumária dos fatores constitutivos de todo o processo lingüístico, de todo ato de comunicação verbal. O remetente envia uma mensagem ao destinatário. Para ser eficaz a mensagem requer um contexto a que se refere, apreensível pelo destinatário; e

finalmente, um contacto, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação.” (p. 123).

A ênfase do autor fica na função poética, ou seja, na mensagem. Embora essa função possa parecer associada somente à poesia, Jakobson afirma que para a comunicação normal ela também é de suma importância. Ela aprofunda a dicotomia entre signos e objetos, pois aproxima o signo do material.

Para Flores (2005), mediante a diferenciação entre metáfora e metonímia, Jakobson determina o processo da função poética como um aspecto expressivo da própria linguagem.

A linguagem implica dois eixos: o paradigmático – que opera com a seleção, as substituições – e o sintagmático – que opera com a contiguidade, os encadeamentos. Em suma, quando usamos uma linguagem, estamos sempre sujeitos a esses dois eixos, estamos sempre “escolhendo” as palavras e, ao mesmo tempo, combinando uma com a outra, formando uma cadeia.

Esses dois eixos podem ser visualizados como um vertical e um horizontal. Sintagma tem referência de combinação, união de mais de um elemento e, assim, as relações sintagmáticas são lineares, podemos pensá-las na horizontal. No curso de uma frase, por exemplo, os elementos seguem um o outro, mas ambos estão presentes. Já associação nos dá idéia de grupo, união de palavras por associação mental, por afinidade. Dessa maneira, o eixo das relações associativas funciona como o eixo vertical, em que se pode vislumbrar um edifício de elementos, em que há conjuntos empilhados prontos a serem ‘escolhidos’. Vê-se bem, no entanto, que não são elementos empilhados, mas conjunto de elementos. Funciona como uma rede de elementos interligados entre si que possuem cadeias que ora se interrompem, ora se unem.

Com a observação das afasias, que são distúrbios da fala, Jakobson (1995) confere que a fala implica a seleção de elementos linguísticos e a combinação desses mesmos elementos para formar um elemento de maior complexidade lingüística.

Ele observou que existem dois tipos de afasia e divide esses tipos em distúrbio da similaridade e distúrbio da contiguidade. Esses distúrbios são

classificados a partir do tipo de função que está afetada no indivíduo. Quando um indivíduo afásico tem uma falha na seleção das palavras, ele está classificado no distúrbio da similaridade, pois sua dificuldade é escolher as palavras que serão utilizadas na frase. De modo que ele não consegue iniciar uma frase, ou faz isso com dificuldade, pois precisa, assim, escolher palavras em um conjunto de contextos. No entanto, quando já inserido no contexto da fala, ele continua a conversa, pois segue na cadeia associativa.

Diferentemente do segundo tipo de afasia, a qual o indivíduo tem a função de contigüidade afetada. Esse indivíduo iniciará conversas com mais facilidade, porém o difícil será para continuar, combinar as palavras. Ele provavelmente irá perder-se no assunto, pois o contexto estará afetado.

Os dois eixos de linguagem ficam ainda mais completos quando trabalhados com as figuras de linguagem que o autor utiliza para a classificação: metáfora e metonímia. A metáfora faz parte do eixo da seleção e a metonímia faz parte do eixo da combinação.

Além dos indivíduos afásicos, mostrados por Jakobson, os sujeitos com o domínio da fala normal também estão à mercê dessas relações, porém sem a presença dos distúrbios percebidos nos afásicos.

Com a teoria das funções da linguagem, Jakobson pressupõe um sujeito nesse esquema, de modo que é de fundamental importância para a teoria da comunicação. No entanto, é com a teoria dos shifters (ou dêiticos) que ele realmente introduz a enunciação.

Shifters são alguns termos na língua que não têm total significado por si só, ou seja, para entender-se o sentido do termo necessita-se de algum complemento que remeta à instância de enunciação. São eles os advérbios de lugar como o *aquí, lá*, os pronomes pessoais *tu, eu, ele* e também os pronomes demonstrativos *aquilo, aquele*, entre outros. Só podemos entendê-los a partir do contexto em que foi proferido o enunciado. Dessa maneira, apresenta-se a base da enunciação.

No sistema formal, segundo Giacomelli (2002), a definição de signo está assim como Saussure havia exposto, que é a associação do significado (conceito) com o significante (imagem acústica). No entanto, a autora acentua que Benveniste voltou-se para alguns elementos da língua – os dêiticos – que se diferenciavam dos outros por remeterem a um indivíduo e não a um

conceito, com isso esses elementos pediam a inserção da situação de fala e do contexto. Para esse estudo, Benveniste determinou as “marcas enunciativas presentes na atividade lingüística” (p. 20). Houve, então, um deslocamento, no estudo benvenisteano, do que eram marcas lingüísticas, para a enunciação, ainda considerando a língua como um sistema fechado, mas em busca de uma abertura para a significação.

No início das noções de *eu* e *tu* Benveniste (2005), em *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, de 1946, teoriza acerca das pessoas verbais. Ele acrescenta à teoria linguística novidades acerca da terceira pessoa. Afirma que se pode não considerar a terceira pessoa – ele – como uma pessoa propriamente dita. Ocorre que, nas duas primeiras pessoas, existe uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa, em que um *eu* mostra aquele que fala e enuncia algo sobre esse *eu*. *Tu* é designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta por *eu* e que diga respeito a uma propriedade do *tu*. Na terceira pessoa, no entanto, as propriedades que dela são expostas ocorrem fora de relação *eu/tu*, e só podemos conferir um enunciado sobre ela e não dela. A terceira pessoa não fala. Dessa maneira, o autor vai trabalhar a terceira pessoa como uma não-pessoa.

No mesmo texto, têm-se duas caracterizações sobre a relação *eu/tu*: a primeira é que essa relação possui uma unicidade específica, pois o *eu* enunciado pode ser apenas uma única pessoa, da mesma forma que o *tu*, enquanto que o *ele* pode ser várias e a segunda característica é que *eu* e *tu* podem ser inversíveis, um pode tornar-se outro, diferente novamente do *ele*. O autor ainda nos lembra que a terceira pessoa é a única que pode falar sobre uma coisa e não uma pessoa. Por ser uma não-pessoa, pode aceitar qualquer sujeito, ou não comportar nenhum.

No texto *A natureza dos pronomes*, dez anos depois, Benveniste problematiza então sobre os pronomes, ressaltando que eles não formam uma classe homogênea, porque os problemas de linguagem que eles suscitam os tornam singulares. Alguns pronomes pertencem à sintaxe e outros ao discurso.

O pronome de pessoa *eu* pertence a um tipo de linguagem chamada de pragmática – discursiva – que inclui no discurso, juntamente com os signos, aquele que o emprega. Nesse pronome, não é possível reconhecer uma classe de referência, ou seja, não se refere a uma noção constante e objetiva; cada *eu*

refere-se sempre a si próprio a cada vez que é proferido. Nesse ponto, o autor está acrescentando características às apresentadas no texto de 1946 sobre as duas primeiras pessoas. Esses pronomes, ditos pessoais, pode-se pensar que pertencem ao discurso. E isso ele ressalta para mostrar, mais uma vez, que só se pode definir quem é o *eu* retomado no discurso se estivermos a par do contexto que envolve a enunciação. Ele diz: “*eu só pode ser identificado pela instância de discurso que o contém e somente por aí. Não tem valor a não ser na instância na qual é produzido*” (p. 278-279). Mas inclusive nesse caso do *eu*, tem-se, além da instância do discurso, a instância linguística do *eu*.

No entanto, é à instância do discurso que voltamos nossa atenção. Sobre esse aspecto, o autor acrescenta que existem indicadores aos quais, da mesma forma que os pronomes *eu/tu*, não se pode atribuir sentido a não ser na enunciação. Fazem parte deles os demonstrativos – este(s), esse(s), etc. – e os advérbios – aqui e agora. A essas categorias o autor chama de dêixis e acrescenta que eles são contemporâneos da instância do discurso de pessoa. Nessa instância de pessoa, os demonstrativos apresentam o caráter único e particular.

2 A psicanálise no meio do caminho

Desde o princípio destes escritos houve a busca por delinear um caminho dos estudos da enunciação e, mais especificamente, aos estudos de Authier-Revuz. porém alguns conceitos de psicanálise se fazem importantes nessa parte.

Demonstra-se que o interesse recai em esboçar alguns conceitos pertinentes aos objetivos desta pesquisa e somente isso, já que o intuito do trabalho não é buscar as relações entre linguística e psicanálise, no que concerne à sua totalidade.

Essa relação entre as duas disciplinas há tempos está sendo discutida e, com maior ou menor furor, pode-se conceber opiniões a favor do seu estudo. Flores acentua que “*a linguística, ao propor o seu objeto, exclui de seu interior uma série de questões – entre elas o sujeito – que, entretanto, retornam sobre*

este objeto porque só adquirem existência nele” (1999, p. 21). E o autor também afirma: “*Se é verdade que a psicanálise trabalha sobre o que diz o sujeito, então parece óbvio que o inconsciente interfere, de alguma forma, na semântica da língua*” (1999, p. 15).

Para se pensar nessa relação é primordial entender que se considera a linguagem como inserida em uma relação ternária. Uma relação binária seria sem erro, um símbolo sempre remeteria a algum objeto e, assim, sem erros. Já numa relação ternária, tem-se o *eu*, *tu* e o *ele*. Esse *ele* é sempre e somente representado pela linguagem.

Uma ternária representa que é consequência de um logro, o qual se entende, segundo Longo (2006), a partir de uma falha na simetria que deveria existir na comunicação. A partir desta falta de simetria, surge esse “buraco” que funda um terceiro lugar que diferencia a linguagem humana de outros tipos de linguagens - como algumas linguagens de animais (por exemplo, as abelhas), ou ainda a linguagem de aparelhos eletrônicos como o computador, em que um símbolo sempre será associado a um significado específico, descartando a possibilidade de erro. Nas línguas naturais, existe sempre um sujeito que fala – *eu* –, um sujeito que escuta – *tu* – e um assunto do qual se fala – *ele*. Este terceiro elemento está sendo representado pela linguagem, não está presente na díade do diálogo.

A introdução do sujeito nos estudos da linguística traz inovações para essa área, como se pode observar. No entanto, a psicanálise também participa de novas formulações a partir das premissas linguísticas. A enunciação faz surgir para a psicanálise o conceito de sujeito da enunciação.

Lacan, desde seu seminário de número três, mas mais precisamente no seminário 5 - das formações do inconsciente - traz essa importante questão do sujeito da enunciação, mostrando que o sujeito da enunciação é o sujeito do inconsciente, é o lugar em que o inconsciente aparece, nas falhas na linguagem. A psicanálise acrescenta que, além de a enunciação ser o ato individual do discurso, é o ato da falha no discurso - o ato falho, lapso - que mostra exatamente a existência do inconsciente.

O inconsciente está estruturado como uma linguagem, clássica frase de Lacan, seguidamente é entendida de forma errônea, como se o inconsciente fosse a linguagem. No entanto, o que é proferido pelo psicanalista é que as

regras que regem o inconsciente são as mesmas regras a que linguagem está submetida. Também apresenta a questão de como pensar o inconsciente a não ser pela linguagem.

O inconsciente é estruturado como uma linguagem na medida em que é estruturado na mesma lógica do significante, ou seja, as regras que regem o significante. A cadeia significante se estrutura com falhas, com tropeços, com vãos e são neles que emergem o inconsciente. A rede significante é oferecida pela língua, pela natureza, segundo Lacan e são esses significantes que organizam as relações humanas, dão estrutura, modelam.

Para Lacan, o inconsciente não está localizado em uma parte específica do corpo, o inconsciente aparece na linguagem, nas *formações do inconsciente* - sonhos, os lapsos da fala, os atos falhos. O inconsciente fala. Ele é a moradia do sujeito que fala, *é o lugar da enunciação*.

Esse sujeito da enunciação é também o sujeito do desejo, não que ele deseje algo, ou algo “por trás” da fala. A idéia que encontramos na obra freudiana não está na obra de Lacan. O desejo enquanto tal é o que é expresso em todas as demandas do sujeito. E este sujeito só existe quando representado pelo significante. O sujeito do inconsciente é o lugar de onde o *Isso*¹ fala, o lugar de onde o sujeito enuncia. E como uma enunciação se dá sempre intermediada por mais de um sujeito, quando o *Isso* fala monta uma rede de lugares de interlocução, sendo essa uma estrutura inconsciente.

O inconsciente aparece para denominar algo que só é possível de ser identificado no só depois, no a posteriori, na linguagem, nas formações do inconsciente, bem como sintomas, lapsos, entre outras. É como algo que é construído. Tende-se a pensar que existe um lugar, chamado inconsciente e nele é guardado todo o conteúdo recalcado de um sujeito. Porém, isso, para a psicanálise é uma inverdade, o inconsciente existe na linguagem e nas formações do inconsciente.

Apesar de remeterem-se as associações da psicanálise com a linguagem sempre a Lacan, tem-se o início das relações com a linguagem em Freud. Ele nos aproxima, segundo Quinet (2003), do que se conhece como as leis da palavra. Ele trata dos mecanismos psíquicos de condensação e

¹ Em Freud, tem-se os conceitos de id, ego e superego. Na obra de Lacan, eles são chamados de isso, eu e supereu. *Isso* tem relação com o id, com o inconsciente.

deslocamento que Lacan vai relacionar com o que Jakobson chamou de metáfora e metonímia. A condensação identifica-se com a metáfora enquanto sobreposição de significantes, e o deslocamento está identificado com a metonímia como associação de significantes por contiguidade.

Na metáfora, um significante sobrepõe o outro e um significante tem função de significado para aquele significante do sujeito. Na metonímia, onde há o deslizamento do significante na cadeia de significantes do sujeito, a experiência de significação não se dá pela superposição da cadeia de significantes sobre a cadeia de significados e, sim, após a enunciação do último elemento, que marca o *aposteriori* da significação: só depois de concluída a sentença seu sentido aparece, cita Quinet (2003).

Breuer e Freud, aponta Lacan (1998), são responsáveis por uma técnica que foi nomeada a partir do que a paciente Anna O diz, a *talking cure*. A partir da experiência inaugurada por essa paciente foi descoberto o acontecimento patogênico chamado traumático. Essa experiência traumática, conhecida como trauma, fica entre o que é real e o que é fantasia, o que quer dizer que não interessa se ela de fato ocorreu e como ocorreu. Não interessa, assim, pensar se é uma revelação mentirosa. Justamente, ela apresenta o nascimento de uma verdade na fala, o que nos defronta com algo que não é nem verdadeiro, nem falso. Essa verdade da fala é a verdade do inconsciente. É a própria fala presente que irá ser atestada na realidade atual e com isso fundar uma verdade em nome dessa realidade.

Lacan (1953), no *Seminário III*, - texto em que ele discute a questão das psicoses – aponta que falar é, antes de qualquer coisa, falar a outros. Um sujeito em análise verbaliza. Lacan prefere utilizar o verbo *verbalizer* que ao mesmo tempo quer dizer verbalizar e lavrar um auto, autuar. Essa fala, para o psicanalista é plena. Então, entende-se que é algo mais do que passar para o verbo. A parte do sujeito que fala é o inconsciente, mas esse inconsciente é algo que fala no sujeito, além do sujeito, e mesmo quando o sujeito não o sabe, e diz disso mais do que crê.

A realidade psíquica não é homônima da realidade exterior. No momento em que desencadeia sua neurose, o sujeito elide uma parte de sua realidade psíquica, ou numa outra linguagem, de seu id. Essa parte é esquecida, mas continua a fazer-se ouvir de forma simbólica. Lacan mostra que, para Freud, é

de uma plena articulação da ordem simbólica que se trata na neurose. O simbólico é o que está além de toda compreensão, no interior do qual toda compreensão está inserida (LACAN, 1953).

Real, simbólico e imaginário são os três registros propostos por Lacan como fazendo parte da estruturação do sujeito. Eles se prendem por um princípio, uma lógica - o nome do pai - que é algo que não se vê a não ser pelos seus efeitos. O imaginário tem a ver com situações ligadas à significação, especialmente é criado no sujeito a partir do estádio do espelho. São características que a criança adquire sobre si a partir de uma imagem dela mesma que lhe é fornecida, por isso se diz imaginário. O simbólico é o nível da linguagem, mais especificamente, do significante. Nessas questões, o *Outro* está envolvido, tem relação com a lei e tudo que forma um sujeito simbolicamente através da linguagem. O real, por sua vez, é diferente do que se entende como realidade. O real é o impossível. Aquilo a que não se tem acesso, são os significantes recalcados que já não são mais da ordem do simbólico, porque não temos acesso a eles. (LACAN, 2002).

Na ordem simbólica, reflete Lacan (1953), todo elemento vale como oposto a um *outro*. No inconsciente, tudo não é somente recalcado, isto é, desconhecido pelo sujeito após ser verbalizado, mas é preciso admitir, atrás do processo de verbalização, uma *bejahung* primordial, uma admissão no sentido simbólico. A noção de comunicação enquanto generalizada especifica o que é a palavra enquanto falar ao *outro* e fazer falar o *outro* como tal. Esse *Outro* com O maiúsculo.

O que Lacan denomina pela palavra *outro*, pode ser dividido em dois conceitos. Para o psicanalista, existem dois tipos de *outro*, o *grande Outro* – iniciado com maiúscula – e o *pequeno outro* – iniciado com minúscula. O *Outro* é o lugar da lei, do inconsciente enquanto lei, ocupado pela função paterna. O *outro* são os outros sujeitos que se relacionam com o sujeito, porém esse pequeno *outro* pode ser caracterizado como o que Lacan denomina de *objeto a*.

O *objeto a* se reveste com a característica de ser escrito com um símbolo, a letra *a*, que representa a primeira letra da palavra *outro*, (*autre*, em francês). Designa o nosso semelhante, nosso alter ego. A letra *a* é uma maneira de nomear a dificuldade, ela surge no lugar de uma não-resposta. O

objeto a é um artifício do pensamento analítico para contornar a rocha do impossível: transpõe-se o real ao representá-lo por uma letra. (NASIO, 1993).

O autor avança mostrando que foi Freud, no texto *Luto e melancolia* que primeiramente falou de objeto perdido e não de pessoa amada e perdida. Esse objeto perdido Lacan denomina de *objeto a*. Que não tem uma definição, seria uma pessoa? Uma imagem? Uma parte do corpo? O traço comum de todos os seres amados durante a vida? Destas três possíveis respostas, a que mais se assemelha ao conceito lacaniano é a segunda, a fantasística e gozosa de um corpo que se prolonga e escapa.

Este *objeto a*, continua o autor, é heterogêneo à rede de conjunto dos significantes, ou seja, o sistema produz alguma coisa excedente que lhe é heterogênia ou estranha. O *objeto a* é o heterogêneo, como excesso gerado pelo sistema formal dos significantes. Não é um elemento homogêneo ao conjunto signifiante, mas um produto heterogêneo que lhe dá consistência.

Nesse sentido, esse elemento heterogêneo aos significantes podem ser os objetos pulsionais. Esses, por sua vez, aparecem como os orifícios pulsionais. Segundo Costa (2001), o corpo se apóia nas suas bordas e são os orifícios pulsionais que sustentam o que seria uma “espinha dorçal” do corpo. Esses objetos pulsionais – seio, fezes, olhar e voz – são ao mesmo tempo internos e externos, eles contêm ao mesmo tempo o próprio corpo e o corpo do Outro. (Nesses casos, como ocorre na criança, o Outro é considerado a mãe)

O sujeito, então, com esses objetos pulsionais, tenta constituir uma borda no corpo. Como, por exemplo, a voz tenta constituir a borda que é a do ouvido e a escuta do *outro*. Esses objetos pulsionais são bordas corporais que contêm a relação do sujeito com os semelhantes e com os discursos.

O signifiante funciona como borda quando ele contém um valor de real da língua. Costa (2002) exprime que o lapso, na neurose, é uma forma de constituir borda, é uma condição de reconhecer um endereçamento ao *outro*.

Dessa forma, é importante entender o papel do signifiante – simbólico – na formação da subjetividade do sujeito. É ele que faz o trilhamento desse sujeito. O signifiante, reconhece Nazar (2006), faz a fronteira do sujeito no que diz respeito ao seu discurso, independente da imagem que este sujeito pode ter de si mesmo na busca de significado no que diz.

Ler um significante não está de acordo com o entendimento do significado, mas com o funcionamento do jogo que existe entre os significantes, suas diferenças, suas ausências de qualidade, identidade e indestrutibilidade.

O *Outro* é aquilo diante do que os sujeitos se fazem reconhecer. Mas esses sujeitos só podem se fazer reconhecer por ele, porque ele é, em primeiro lugar, reconhecido. Ele deve ser reconhecido para que os sujeitos possam fazer-se reconhecer. (Lacan, 1953). Esse reconhecimento ocorre através das bordas, como se o outro fosse “introduzindo” significantes ao sujeito e, assim, formando o seu simbólico.

Essa formação do simbólico se reconhece em psicanálise como a entrada no simbólico que irá determinar as significações que irão unir-se aos significantes. Ao longo da vida, as significações que um sujeito vai atribuindo aos seus significantes estão à mercê da sua entrada no simbólico, ou seja, a totalidade do simbólico é o universo interior que vai organizar as significações do sujeito. Se não ocorrer esta entrada neste universo, um indivíduo não passa de alguns quilos de carne.

Quinet (2003) acrescenta que, para Lacan, o *Outro* é o lugar do significante e é prévio, ou seja, ocorre junto com a entrada do sujeito no simbólico. A armadura da estrutura é possibilitada justamente por essa ordem simbólica, isso é, a ordem simbólica delimita, dá borda ao sujeito. Também é ela que enquadra os fenômenos imaginários oriundos do narcisismo. E para que um indivíduo adentre a ordem simbólica, para que se possibilite a ele os fenômenos de simbolização, é necessária a intervenção do Complexo de Édipo.²

O sujeito é marcado pelo simbólico que se apreende pela cadeia significante. No entanto, vai ser na proibição que a marca do simbólico vai fazer efeito no sujeito. Proibição do real que luta incansavelmente por se inscrever. Segundo Lacan, o real é o que não cessa de se inscrever, é o impossível.

Segundo Milner (1987), em *O amor da língua*, o real retorna na língua, através das falhas que o inconsciente promove. E é em função disso que a linguagem é heterogênea, faltante.

² Acerca do Complexo de Édipo, não interessam aqui maiores explicações; as que cabem no trabalho encontram-se na segunda parte.

Com o aprofundamento do sentido da instância do real, numa terceira fase do estudo de Lacan, ele passa do conceito de significante ao conceito de *letra*. A letra dá acesso à verdade do desejo, ela escapa ao significante.

Nazar (2006) acrescenta que a letra é o gesto, o circuito em torno do objeto impossível de ser apreendido na rede de significantes. É por isso que seu outro nome é pulsão. Ela indica a estrutura “como uma linguagem do inconsciente; é por ela que o desejo pode ser lido e se faz reconhecer.”

Para Lacan, a letra é o material que o discurso concreto empresta à linguagem, mais ainda, ela marca a impossibilidade de escrita do real. Desta maneira, Lacan define que o que se escreve é o significante. E a letra é a pulsão, o que contorna o objeto impossível de ser apreendido.

Além de obedecer às leis da metáfora e da metonímia (deslocamento e condensação) a cadeia simbólica, onde a linguagem é articulada, obedece às leis da impossibilidade da escrita real, determinada pela letra. É essa impossibilidade de escrita que se repete a cada vez que um novo significante se inscreve.

Os significantes estão sempre se inscrevendo e a letra está como borda para a verdade do sujeito. Essa verdade é a verdade do inconsciente. A letra possibilita que a verdade do desejo – do inconsciente – apareça. O objeto causa (do desejo) aí se apresenta como perda. A função da letra é, nesse sentido, a de vir representar o *objeto a*, o real que o significante não pode representar. É por isso que ela constitui o buraco no simbólico.

Esse buraco no simbólico, que é a letra, aparece através do significante, quando ele toma forma de coisa, quando ele é atravessado pelo real. Isso ocorre no ato falho, por exemplo.

Um significante não se transmite e nem transmite nada por ele, ou seja, ele não tem sentido, na verdade, representa o sujeito para outro significante, tal como nos diz Lacan. Mas, quanto mais um significante estiver funcionando como letra, mais ele trará o efeito de significância.

Claro que se deve entender que esse transmitir ou significar está sendo dito em relação à psicanálise e, assim, em relação ao que pode ser transmitido do inconsciente. Não é uma transmissão de sentido como entendido na linguística, não o sentido do texto e sim o sentido da verdade do inconsciente.

Por fim, como último conceito trazido para esse capítulo, tem-se o que em psicanálise chama-se de *lalangue*. Não será possível adentrar nas conceituações sobre *lalangue* – ou a língua – porém é importante ressaltar que ela é outra coisa que a língua, a *lalangue* é o que junta, em um mesmo movimento, a língua e o inconsciente (Milner, 1987). A palavra *lalangue*, neologismo lacaniano, abrange o real da língua e esse real vai se fazer escutar pelo equívoco.

Dessa forma, Lacan faz um percurso a partir do significante até a letra e, a partir daí, para a *lalangue* e aponta que a linguagem está feita de *lalangue*. Ela é uma elucubração de saber sobre *lalangue*.

Como já referido, este capítulo foi uma retomada de conceitos psicanalíticos que são interessantes de serem conhecidos em se tratando do estudo sobre a linguagem. Authier-Revuz traz como de grande valia os conceitos de psicanálise porque, como se verá, eles fazem parte das bases fundantes de sua teorização sobre as heterogeneidades.

3 Em direção à(s) heterogeneidade(s): a teoria de Authier-Revuz

Heterogeneidade da linguagem foi a designação utilizada por Jacqueline Authier-Revuz (2004) para denominar, na linguística da enunciação, o que irá considerar o sujeito falante como um efeito da linguagem. Esse sujeito concebido pela psicanálise, e que foi conceituado no item anterior, transforma radicalmente os estudos naquela área. Com essa concepção, o sujeito não é mais dono do seu dizer, ele não detém o controle sobre o que fala. E a autora citada faz visualizar essas afirmações através de exemplos em que, no discurso, o falante é obrigado a voltar na enunciação.

Essa formulação traz consigo pressupostos de metalinguagem, já comentada aqui no nome de Jakobson. No entanto, além da metalinguagem, o trabalho segue para o se chama de metaenunciação.

Authier-Revuz trabalha, como já visto, com a teoria da enunciação, derivada de Benveniste. Segundo Brait (2001), a autora é uma neo-estruturalista, pois parte desse campo heterogêneo em que se encontram a língua e os seus exteriores das formas da língua; tem como pressupostos consequentemente, Saussure - língua como ordem própria – Benveniste – enunciação. Levando em conta que o campo da enunciação é marcado por uma heterogeneidade teórica, em que se faz necessário o chamamento de exteriores, ela diz: *“passar da condição da língua fechada sobre si mesma, a concepção de discurso é abandonar a concepção de homogeneidade, da ordem do um – para um campo do não-um, em razão da heterogeneidade teórica que o atravessa”*.

Brait (2001) acentua também as duas maneiras mencionadas por Authier-Revuz de mostrar a alteridade no discurso: heterogeneidade mostrada - discurso direto, discurso indireto, aspas, glosas...- e heterogeneidade constitutiva – não é marcada em superfície e é um princípio que fundamenta a própria natureza da linguagem.

Authier-Revuz (2004) entra no campo da enunciação para trabalhar a metaenunciação, ou seja, as voltas que um sujeito faz na sua enunciação, marcando essas voltas linguisticamente para comentar alguma inconformidade ou apenas demarcar o que diz. Elas podem ser *não-coincidências do dizer*, em que o sujeito nota uma inconformidade no discurso ou ainda para demarcar que era aquilo mesmo que ele queria dizer, esse último chamado de *bem dizer*. Essas voltas do discurso denunciam a heterogeneidade da linguagem.

Quanto as não-coincidências do dizer, pode-se exemplificar com: *Eu fui à aula, digo, à palestra*. Nota-se que há uma não coincidência no dizer da palavra *aula*; o enunciador pronuncia essa palavra, porém depois ele desiste e troca de palavra. O enunciador corrige o seu dizer. Cabe lembrar que nem sempre há uma correção do dizer, pode-se apenas voltar na enunciação para fazer um comentário acerca dessa enunciação. Adiante, serão descritas classificações que Authier-Revuz faz dessas não-coincidências do dizer.

A demarcação pode ser no sentido de ressaltar a palavra como certa ao discurso. É também uma forma de mostrar que o sujeito não é pleno, no sentido de que precisa marcar seu discurso, porém marca como um acerto, como no exemplo: *“A aula estava fabulosa, sim é exatamente essa a palavra:*

fabulosa". O acento da palavra aqui é em relação a uma intenção de dizê-la. (Authier-Revuz, 1998).

O conceito de heterogeneidade, de presença constitutiva da alteridade, aparece, na visão da autora, como centro da concepção de linguagem, de sujeito e de sentido. E dois aspectos são fundamentais para a configuração do conceito de heterogeneidade:

- a autora se coloca no lugar de linguista e não de analista do discurso, mantendo assim o enfoque na língua, na materialidade linguística e sua descrição, ao invés de acentuar uma análise ideológica do discurso e outros exteriores linguísticos. Assim, a autora se mantém no que ela chama de "fio do discurso" e que se pode entender por enunciado, no sentido de ato de enunciado;

- exteriores teóricos são, de um lado, de Bakhtin, e de outro lado, de Lacan, com sua releitura de Freud. Apesar de serem duas teorias de bases e de caminhos diferentes, compartilham da noção de não-homogeneidade, de não-um, de alteridade constitutiva, de heterogeneidade constitutiva, da relação não separável um/outro (BRAIT, 2001).

Isso quer dizer que a autora faz questão de marcar seu lugar enquanto linguista e observar no texto as marcas linguísticas, mas que leva em conta exteriores que ajudam na conceituação de linguagem enquanto heterogênea. A seguir, trabalhar-se-á com a questão dos exteriores.

3.1 Heterogeneidade da linguística: dialogismo e psicanálise

Authier-Revuz utiliza-se de duas exterioridades linguísticas, o que se pode entender, através de suas pesquisas, como teorias que suplementam a linguística e que, por assim dizer, se encontram fora dela. Dialogismo – Bakhtin – e psicanálise – Freud e Lacan – são as duas teorias consideradas como exteriores à linguística que irão fazer diferença para a teoria dessa autora francesa.

3.1.1 Psicanálise

Os conceitos de psicanálise pertinentes ao trabalho já foram trabalhados no capítulo anterior, no entanto ainda cabem algumas argumentações importantes acerca da psicanálise para Authier-Revuz.

A psicanálise aparece como primordial para diferenciar essa teoria da enunciação, seguida pela autora, de um outro tipo de teoria da enunciação. A diferença ressaltada dá-se em relação ao sujeito. A corrente aqui abordada considera como sujeito aquele proposto pela psicanálise, o sujeito do inconsciente, que não é dono do seu dizer, ao contrário do sujeito das teorias pragmáticas, que é fonte intencional do sentido.

Considerando essas exterioridades e sua influência nos estudos da linguagem para Authier-Revuz, é que se começa a clarear uma de suas denominações acerca das heterogeneidades. Que a primeira heterogeneidade encontrada pela autora é a teórica constitutiva dos estudos da linguagem, ou seja, não há como estudar a linguagem de uma maneira fechada, considerando o objeto língua como ordem própria. Devem ser buscados exteriores que possam dar respaldo a certos pontos de falha da linguística.

Sendo a psicanálise um olhar externo à linguística, esse olhar deve estar voltado a algum lugar dentro dessa teoria. E o olhar se encontra voltado à linguagem, no que se refere à fala e ao sujeito falante, sendo que esse sujeito é o sujeito psicanalítico. O sujeito psicanalítico foi visto anteriormente como o sujeito da enunciação. Esse sujeito é o que, em psicanálise, chama-se de barrado, o qual é representado pelo símbolo S, pois é barrado no sentido de atravessado pelo inconsciente, tornando-se assim dividido, não pleno.

O sujeito dividido contraria o que se pode chamar de sujeito pleno, sem falhas ou erros. E esse sujeito pleno é o que seria necessário para poder se considerar a palavra como homogênea. A palavra seria considerada homogênea se compreendesse um total do sentido, se fosse inteira, plena de valor e sentido, se ela expressasse o mundo e a intenção do sujeito de forma transparente. No entanto, da mesma forma que o sujeito, só é possível considerá-la como falhada e, dessa maneira, heterogênea.

Não há um discurso próprio ao inconsciente, ele age no discurso normal, por isso ocorre uma transgressão da linguagem. Não existe um terceiro ouvido, ou segunda vista ao psicanalista que possibilite acesso direto ao inconsciente, este deve fazer a detecção daquilo que deve ser ouvido. Além disso, a escuta analítica não é um comentário, uma interpretação, um a mais, a partir daquilo que é dito (Authier-Revuz, 2004).

A interpretação na psicanálise se faz na linguagem, com o trabalho de recorte, de pontuação, de eco que se efetua sobre a materialidade da cadeia falada. Diferentemente de interpretações em que um sentido oculto é buscado para revelar alguma verdade escondida. “*A questão da linguagem em psicanálise não foi uma invenção lacaniana: a verdade é que ela recebeu com Lacan uma formulação pós-saussuriana e a teorização de um inconsciente-linguagem.*” O objeto da psicanálise não é a linguagem, mas esta permite que a psicanálise circunscreva seu objeto, o objeto do desejo. A linguagem enquanto inconsciente torna possível uma apreensão do inconsciente como o sempre ultrapassável, alcançável pelas leis da linguagem, revelável em uma palavra que o diz (Ibidem).

Essa palavra que desvela o inconsciente, continua a autora, já era explícita em Freud, não apenas com o dizer analítico, mas também nos chistes, lapsos, enigmas e nas homonímias que aparecem na interpretação dos sonhos. Os chistes, lapsos, os sonhos são emergências de uma presença permanente, uma prova de que o discurso não se reduz a seu dizer explícito, que ele carrega consigo o peso do *outro*, do próprio sujeito. Aquele que esse ignora ou recusa. Essa presença é um avesso ao discurso, e esse avesso não é outro discurso, é o mesmo tomado ao avesso, é o discurso do *Outro*. A análise tenta fazer aparecer no discurso para o sujeito aquilo que é dito, sem que ele saiba, em seu desejo, em sua fala. No entanto, isso só ocorre graças à articulação do discurso com seu avesso pela localização de seus traços na cadeia falada.

O inconsciente é uma cadeia de significantes que se repete em qualquer parte e que teima em interferir nas rupturas que o discurso efetivo proporciona. Devemos considerar o inconsciente ao pé da letra e a escuta analítica se detém na letra do discurso. (Authier-Revuz, 2004).

A psicanálise contribui mostrando que sujeito não é homogêneo, exterior à linguagem, que serve para traduzir em palavras um sentido do qual ele seria fonte consciente. Ele é efeito de linguagem. O Outro é o lugar de onde decorre todo o discurso, lugar da família, da lei, do pai. Assim, se o inconsciente é o discurso do Outro, é porque o discurso não é livre, ele está sob a égide da lei.

Tendo esse reconhecimento do inconsciente, admite-se um sujeito dividido, clivado, cindido, fendido, e isso não quer dizer uma dualidade do sujeito. A autora cita Roudinesco:

A consciência não é a face aparente de um subconsciente oculto, e nem o inconsciente é a estrutura profunda não revelada de um consciente brilhante. A relação não se estabelece nestes termos, mas toma a feição geográfica de um caminho sem avesso, nem direito, de onde o sujeito se enuncia, sem saber o que ele diz na palavra reveladora desse saber." "(...)O sujeito do inconsciente representado pelo significante não é desdobrado, nem dividido como as metades de uma pêra.(...) Ele é barrado pelo desejo, a própria expressão de uma divisão. É isso que Freud destaca na clivagem do eu. (AUTHIER-REVUZ, p. 31).

Um dos aspectos da autora de particular importância é a fidelidade à língua, apesar de ela reconhecer a psicanálise e o dialogismo como ditando o lugar do sujeito no discurso. Essas duas abordagens possibilitam o entendimento de que o *outro* atravessa o discurso de qualquer sujeito. Elas estabelecem questionamentos em relação à imagem do locutor que é uma fonte consciente de sentido e que traduz em palavras de uma língua, que é um instrumento de comunicação.

Na psicanálise, prossegue a autora, a questão que se estabelece contra a tese de que o interlocutor seja fonte consciente do sentido de seu dizer é que, além da palavra ser heterogênea, o sujeito que a profere é clivado. A heterogeneidade da palavra nos mostra que, atrás das nossas palavras, sempre serão ditas outras palavras. Que uma polifonia se faz ouvir por trás da linearidade da emissão de uma única voz. E ainda que o discurso do Outro atravessa a constituição de qualquer discurso.

Em relação ao sujeito clivado, é importante ressaltar que, para um sujeito considerado como tal, não existe um centro em que se derivariam o sentido e a fala, no entanto, manter essa ilusão de sujeito centralizado é função normal do *eu*. Além dessa ilusão da existência de um centro que guia, o sujeito,

existe a ilusão de uma exterioridade em relação à linguagem, o que também não existe, pois o sujeito é resultado dessa linguagem (idem).

3.1.2 Dialogismo

Bakhtin apresenta a visão de dialogismo, intertextualidade e polifonia, conceitos que mostram que um texto ou um enunciado sempre estão constituídos de diversos outros enunciados e ainda serão parte de enunciados posteriores. “*Todas as palavras e formas que povoam a linguagem são vozes sociais e históricas, que lhe dão determinadas significações concretas*”, diz Bakhtin (1988, p. 106). Ainda em *Marxismo e filosofia da linguagem*, ele trata do discurso escrito, que sempre integra uma discussão ideológica, está sempre respondendo a algo, refutando, confirmando, antecipando respostas.

Com Brait (2001), acompanha-se que Bakhtin ressalta que a enunciação é produto da interação social, por se tratar de um ato da fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade lingüística.

Todo discurso está imediata e diretamente determinado pela resposta antecipada, pois, ao se constituir na atmosfera do já-dito, orienta-se tanto para o espaço interdiscursivo como para o discurso-resposta que ainda não foi dito, mas foi solicitado a surgir, sendo já esperado (BRAIT, 2001).

Bakhtin coloca que tudo o que é dito não pode ser concebido como uma fala original, pois nele se cruzam o já-dito no/do diálogo social. E que a concepção do objeto do discurso é um diálogo tecido pelas consciências ideológicas, pela entonação e pelos julgamentos de outrem. Nenhuma palavra é neutra, mas carregada, ocupada, atravessada pela alteridade. Qualquer discurso se orienta para o já-dito, para o conhecido, para a opinião pública. (Authier-Revuz, 2004).

A autora acrescenta:

“Toda a palavra remete a um contexto, ou a vários, nos quais viveu sua existência socialmente subjugada, ela chega a seu próprio

contexto, vinda de um outro contexto, penetrada do sentido dado por outros. As palavras estão plenas, ocupadas, habitadas, atravessadas por discursos, é o que Bakhtin designa por 'saturação da linguagem socialmente significativa por intenções e acentos determinados'." (P. 35 e 36)

O dialogismo constitui o sentido. O sentido das palavras se dá pelo cruzamento de sentidos que os discursos proporcionam, não por voltas em torno de um sentido comum, e em relação aos outros discursos na rede que eles formam e, com esses discursos, que se constroem todo o discurso. Pode-se dizer que os outros discursos são o exterior constitutivo de um determinado discurso (Authier-Revuz, 2004).

Para Bakhtin, a linguagem perpassa o âmbito do social. O autor delimita uma parte da linguagem que tem a ver principalmente com o extralinguístico que é o enunciado e uma parte textual. O enunciado somente pode ser tomado se em relação a outro enunciado.

A questão do significado para o enunciado é importante, porque nele, enunciado, para Bakhtin, o sentido é inesgotável, e assim ocorre porque ele sempre pode mudar. Ele sempre pode mudar porque está sujeito às variações do contexto.

Diferentemente de Saussure, que considera a fala como individual e a língua como social, a língua, para Saussure não comporta nada de individual, é algo coletivo, Bakhtin não considera o enunciado como totalmente social, pois entende que existe também toda a singularidade deste, quando de cada âmbito social que um enunciado nasce, existe alguma coisa que o singulariza.

Não pode haver enunciado isolado. Ele sempre pressupõe enunciados que o antecedem e o sucedem. Nenhum enunciado pode ser o primeiro ou o último. Ele é apenas o elo na cadeia e, fora dessa cadeia, não pode ser estudado.

O enunciado enquanto unidade da comunicação discursiva possui um sentido, a oração enquanto unidade do sistema da língua possui um significado. O sentido do enunciado será sempre inesgotável porque, por um lado, provém de enunciados anteriores, com sentidos diversos, pois não há enunciado primeiro, e, por outro, porque a interpretação do ouvinte é parte do sentido do enunciado. Não há, portanto, um sentido acabado; o sentido do

enunciado está sempre em constante movimento porque está situado dialogicamente.

O lugar do outro no discurso não está ao lado, mas no discurso (p. 37), acentua a autora, isto é lei para todo discurso. Por isso o campo das formas chamou tanta atenção do grupo de Bakhtin, pois oferece representações em discurso do discurso do *outro*. Esse discurso no discurso e, ao mesmo tempo, discurso sobre o discurso, no nível da relação entre duas enunciações, em que uma é dependente da outra, é o discurso relatado. O discurso direto e indireto se opõe em relação ao modo de apreensão e de representação da palavra do *outro*. O discurso direto reifica o enunciado, transforma-o em concreto, em objeto, enquanto que o discurso indireto faz uma apropriação analítica flexível.

O discurso indireto livre é a tendência na apreensão ativa da enunciação do *outro*, da interação do discurso narrativo e do discurso relatado. (Authier-Revuz, 2004).

O herói do romance, continua a autora, pode se calar, a representação da palavra do personagem não acaba nos diálogos externos, nos fragmentos de discurso que são as cartas e os diários inseridos na narrativa. Com efeito, a representação de suas ações, pensamentos, etc. deverá necessariamente – se ela for “substancial e adequada” ao gênero do romance – “fazer ressoar palavras estrangeiras”, as do próprio personagem, ao mesmo tempo em que as do autor.

Um discurso é constantemente constituído pelo jogo de várias vozes cruzadas, complementares, concorrentes, contraditórias, em que uma jamais tem verdadeiramente “a última palavra”. É um discurso representado dessa maneira que torna possível apreender a estrutura romanesca polifônica. Essa estrutura não coloca os personagens no

Interior de um mundo único e objetivo, aclarado unicamente pela consciência do autor, representa o personagem como uma outra consciência, estrangeira, mas não reificada, não se tornando assim simples objeto da consciência do autor. A voz do personagem ressoa de alguma maneira ao lado daquele autor. Um mundo de objetos, acabados, presos no discurso de seu criador é substituído pelo não acabamento de um diálogo de pontos de vista colocados em pé de igualdade. (AUTHIER-REVUZ, 2006, p. 41)

A relação do interlocutor num discurso é levada em conta numa teoria do diálogo não é no chamado discurso externo – que é o diálogo face a face, pergunta/resposta, conversações – que ele se detém, mas na maneira como o fato da interlocução intervém na dialogização interior do discurso, o que é o princípio constitutivo do sujeito e da linguagem (Authier-Revuz, 2004).

Todo o discurso é dirigido a um interlocutor, no entanto essa relação não é como uma comunicação telefônica em que dois pólos simétricos passam-se informações. Não existem as mensagens prontas, remetidas de um ao outro, essa mensagem se forma no processo de comunicação entre os interlocutores. Assim, o receptor não é o alvo de um discurso, o processo de produção de um discurso visa a compreensão desse receptor.

O discurso é inter-individual. Não se atribui somente ao locutor o discurso, pois há um destinatário para cada enunciado e o locutor procura e antecipa a compreensão correspondente. A orientação em direção a um destinatário se destaca do tecido do discurso que está sendo produzido, bem como a orientação através do meio exterior dos outros discursos é um processo constitutivo do discurso.

A orientação através do meio *exterior* dos outros discursos constitui um discurso, como já foi visto, ocorre é que também a orientação em direção ao receptor influencia o discurso que está sendo produzido. “Para o locutor, o outro é apreendido como discurso” (p. 42), não se entende a compreensão como uma recepção decodificadora, e sim como um fenômeno ativo, dialógico, de resposta. A compreensão de um discurso se dá através do diálogo interno que se instaura entre este discurso e o discurso próprio do receptor. “O interlocutor compreende o discurso do outro através de seu próprio discurso” (p. 42). O locutor agrega à produção de seu discurso a imagem do outro discurso que ele empresta a seu interlocutor, e o faz para possibilitar a compreensão por parte deste interlocutor.

A isso Bakhtin chama de duplo dialogismo, que ocorre não por adição, mas por interdependência, não se somam os discursos, eles se relacionam. Esse duplo dialogismo é colocado na palavra, pois a orientação dialógica de todo o discurso em relação aos outros discursos ocorre dialogicamente orientada e é esse outro discurso – do receptor – que determina da forma que foi imaginado pelo locutor. (AUTHIER-REVUZ, 2004)

O duplo dialogismo nos diz muito acerca da relação que Lacan faz entre os dois *Outros* (apesar das diferenças entre as conceituações de outro que veremos com Authier-Revuz adiante): o Outro, enquanto lei, aprisiona todo e qualquer discurso proferido por um sujeito – falar é falar ao Outro – enquanto que sempre o sujeito se relaciona aos *pequenos outros*. Os discursos *externos* – conceito de Bakhtin – constituem o discurso, bem como o discurso do interlocutor que seria *os pequenos outros* – conceito de Lacan. (AUTHIER-REVUZ, 2004).

Uma resposta dirige um discurso, sem escapar da influência do discurso-réplica previsto. Sendo um já-dito, esse discurso é determinado também pela réplica que não foi dita, mas foi prevista e solicitada. Essas considerações não permitem que se passe de um discurso do interlocutor, que tem a ver com uma dialogização interna, que é um discurso que o locutor articula à situação concreta de uma relação de interlocução, mas realçando concepções do mundo, para um discurso do interlocutor como um enunciado-resposta que visaria ao enunciado e preveria o enunciado em um diálogo externo.

“O outro do dialogismo de Bakhtin não é nem o objeto exterior do discurso (falar do discurso do outro), nem o duplo, não menos exterior do locutor: ele é a condição do discurso, e é uma fronteira interior, que marca no discurso a relação constitutiva com o outro.” (p. 46).

3.2 Heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada

A partir das exterioridades teóricas expostas, Authier-Revuz trabalha com a noção de que a linguagem é heterogênea. E essa heterogeneidade é considerada em dois planos: heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada.

Heterogeneidade constitutiva demonstra que todo discurso é constitutivamente atravessado por outros discursos e pelo discurso do *Outro*.

(Authier-Revuz, 2004). Essa heterogeneidade não é marcada em superfície, conforme acrescenta Maingueneau (1997).

Já a heterogeneidade mostrada é marcada no corpo do texto através de manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de formas de enunciação, segundo Maingueneau, 1997. Fica assim, essa heterogeneidade no campo da descrição linguística. Ela designa o *outro* como objeto do discurso, através do mecanismo enunciativo que distancia o sujeito falante de uma parte de seu discurso.

Como um apuro na apreciação da enunciação pelas descrições linguísticas, existe, segundo Authier-Revuz (2004), o mecanismo da distância explicitada pelo locutor em relação a uma parte do seu discurso que é irreduzível à divisão que o constitui e que constitui também a sua fala.

“No discurso, as formas da heterogeneidade mostradas não são um reflexo fiel, uma manifestação direta – mesmo parcial – da realidade incontornável que é a heterogeneidade constitutiva do discurso; elas (as formas) são elementos de representação – fantasmática – que o locutor (se) dá de sua enunciação.” (p. 54).

Apesar dessa consideração, ainda assim, mostram-se de extrema relevância os fatos analisáveis em termos de distância, porém mostram que essa não é a realidade da enunciação. Assim como para o sujeito do inconsciente o *eu* preenche uma função real de desconhecimento, no campo da linguística, cabe reconhecer, no discurso, a realidade das formas pelas quais o sujeito se representa como centro de sua enunciação, sem, no entanto, deixar essa representação pairar como verdade.

Quando se está proferindo um enunciado e volta-se ao que já foi dito, está se realizando esse distanciamento, pois o sujeito se dá conta de algo acerca daquilo que foi dito e volta para explicar. São essas formas de distância que darão lugar ao outro no discurso. E, ainda, citando a autora: “...o *apelo do caráter constitutivo e permanente da presença do outro neste discurso, é necessário, a meu ver, pelo imposição de se levar em conta a realidade específica dos dois planos, e não de assimilá-los ou de não reconhecer senão um deles.*” (p. 53)

Mesmo esses dois planos sendo irreduzíveis, eles não são constituídos por um relacionamento. A hipótese da linguista francesa é que,

“no discurso, a heterogeneidade mostrada não é um espelho da heterogeneidade constitutiva do discurso. Elas não são independentes uma da outra. A heterogeneidade marcada demonstra uma forma de negociação do sujeito falante com essa heterogeneidade constitutiva. Sendo que essa forma de negociação pode ser associada ao mecanismo de denegação” (AUTHIER-REVUZ, p. 39).

Denegação é um termo utilizado por Freud – do alemão , *Verneinung* – para mostrar um mecanismo de defesa, uma resistência neurótica de negação explícita do elemento recalçado. A partir de um certo momento de sua obra, Freud, ainda segundo Authier, utiliza o termo *Veleugnung*, traduzido para o português como *recusa da realidade ou desaprovação*, sendo a mesma resistência do anterior, sem a característica de ser explícito. O sujeito não diz que alguma coisa não é verdade, ele apenas age como se isso não existisse.

Nos distanciamentos do discurso feitos por um locutor, nas heterogeneidades mostradas no discurso, o *outro* é delimitado e circunscrito, sendo assim, fica explícito que o *outro* não está em toda parte. Tentando explicar melhor, pode-se dizer que, quando um sujeito designa um outro no discurso, através do distanciamento que denuncia a heterogeneidade explícita, ele institui todo o resto do discurso como sendo dele, ou seja, do *eu*. As palavras ditas são as adequadas, são transparentes e óbvias, isso em oposição à hesitação da qual foram tratadas as palavras do *outro*. A partir disso, conclui-se que, através desses mecanismos, o sujeito falante separa o seu discurso do discurso dos outros.

“Assim, as marcas explícitas de heterogeneidade respondem à ameaça que representa, para o desejo de domínio do sujeito falante, o fato de que ele não pode escapar à aquisição de uma fala que, fundamentalmente, é heterogênea. Através dessas marcas, designando o outro localizadamente, o sujeito empenha-se em fortalecer o estatuto do um. É nesse sentido que a heterogeneidade mostrada pode ser considerada como um modo de denegação no discurso da heterogeneidade constitutiva que, ela, depende do outro no um.” (p. 54)

O estudo do funcionamento das formas da heterogeneidade mostradas nos diversos tipos de discurso consiste em acessar um aspecto da representação que o locutor dá de sua enunciação, e essa representação explicita a maneira como o discurso negocia com a heterogeneidade. É pelo estudo das formas de heterogeneidades mostradas que temos acesso à representação que o locutor tem de seu discurso e essa representação traduz o modo de negociação com a heterogeneidade constitutiva (Authier-Revuz, 2004).

Nessa heterogeneidade mostrada, temos um locutor único que produz, no fio do discurso, certos tipos de formas, linguisticamente detectáveis, no nível da frase ou do discurso, que inserem o *outro* nesse discurso.

Essas formas constituem uma espécie de metadiscurso ingênuo, comum que especifica e explica o outro estatuto do elemento referido, manifestando o processo de escuta/leitura que, simultâneo à fala/escrita se reflete em sua progressão linear, direcionando-o. Elas se inserem no fio do discurso como marcas de uma atividade de controle-regulagem do processo de comunicação e especificam, sob a forma negativa do sinal de falta ou de operação de ajuste, as diferentes condições requeridas aos olhos do locutor para a troca verbal normal e que, por isso, são dadas implicitamente como óbvias no resto do discurso (Ibidem).

A heterogeneidade marcada ganha de Authier-Revuz uma classificação feita a partir de um apanhado de exemplos. Essa classificação será representada adiante no texto para ser utilizada na análise deste trabalho. É importante entender que essas marcas na enunciação podem ir de elementos completamente marcados linguisticamente a elementos que dependem da interpretação.

No entanto, elas sempre marcam uma falta de sentido no discurso, assim, a autora cita:

“Essas palavras porosas, carregadas de discursos que elas têm incorporados e pelos quais elas restituem, no coração do sentido do discurso se fazendo, a carga nutriente e destituente, essas palavras embutidas, que se cindem, se transmudam em outras, palavras caleidoscópicas nas quais o sentido, multiplicado em suas facetas imprevisíveis, afasta-se ao mesmo tempo, e pode, na vertigem, perder-se, essas palavras que faltam, faltam para dizer, faltam por dizer – defeituosas ou ausentes – aquilo mesmo que lhes permite

nomear, essas palavras que separam aquilo mesmo entre o que elas estabelecem o elo de uma comunicação, é no real das não-coincidências fundamentais, irreduzíveis, permanentes, com que elas afetam o dizer, que se produz o sentido. Assim é que, fundamentalmente, as palavras que dizemos não falam por si, mas pelo... “Outro”: Outro que abre o discurso sobre sua exterioridade interdiscursiva interna, a nomeação sobre a perda relativamente à coisa, a cadeia sobre o excesso de sua “significância”, a comunicação sobre a abertura intersubjetiva, e, no total, a enunciação sobre a não-coincidência consigo mesmo sobre o sujeito, dividido, dessa enunciação.” (Authier-Revuz, 1998, P.26)

Não-coincidência do dizer consigo mesmo representa uma forma que caracteriza essas voltas na enunciação. E a essas não-coincidências atribui-se a classificação feita adiante. Outra forma de marcas no enunciado é a do *bem dizer*, já citada anteriormente, que a autora faz também um tipo de classificação, mas que aqui não será trabalhada.

Como principal forma de não-coincidência do dizer, tem-se o que a autora caracteriza como modalização autonímica e, para entendê-la, alguns pressupostos são requisitados. Assim, antes de apresentar as não-coincidências do dizer, abre-se espaço para a modalização autonímica.

3.3 Modalização autonímica

Modalização autonímica é uma denominação de Authier-Revuz (1998) para designar um modo de não-coincidência do dizer em que o enunciado é proferido, mas que no fio desse discurso o enunciador volta na enunciação para fazer algum comentário acerca de alguma palavra. Ela cita:

“refinados, triviais, controlados, tagarelas... estes enunciados apresentam um traço comum: em um ponto de seu desenrolar, o dizer representa-se como não falando por si, o signo, em vez de preenchê-lo, transparente, no apagamento de si, de sua função mediadora, interpõe-se como real, presença, corpo – objeto encontrado no trajeto do dizer e que se impõe a ele como objeto –; a enunciação desse signo, em vez de se realizar “simplesmente”, no esquecimento que acompanha as evidências inquestionáveis, desdobra-se como um comentário de si mesma.” (Authier-Revuz, 2004,p. 14).

A seguir, serão retomadas as origens do que Authier-Revuz (2004) chama de modalidade autonímica.

3.3.1 Autonímia

Um signo é formado por um significado e um significante. Esse signo está na língua e é utilizado pela comunicação para estabelecer um sentido à mensagem. A linguagem está estabelecida de tal forma que, na maioria das vezes, não se vê o signo como tal, mas o sentido que ele confere.

Nessa maioria das vezes, o signo é transparente, como um vidro que apenas deixa passar a claridade. No caso do signo, é o sentido da mensagem que está aparecendo. No entanto, existem alguns casos em que a própria linguagem estará falando do signo em si.

Quando um signo está sendo mencionado pela linguagem, ele não estará mais transparente. Não será mais como um vidro onde a claridade passa sem ser afetada. Aparece então a opacidade do signo, sendo este um outro tipo de signo, a saber: autonímico.

Essa idéia de transparência e opacidade é exposta em Authier-Revuz (1998) e foi retirada dos estudos de Récanati. E em relação a autonímia, a autora parte das idéias de Rey-Debove.

Um signo simples então é formado pela junção de significado e significante, como no exemplo (1) em Teixeira (2005, p. 142):

(1) Compor é difícil.

(2) “Compor” é uma palavra difícil.

No exemplo (1), o significante é /kõp'or/ e o significado é <compor>. No exemplo (2), temos a chamada autonímia, em que o signo é mencionado. Nele, o significante é novamente /kõp'or/, mas o que irá diferenciar é o significado, que neste caso será formado pelo signo inteiro. Assim o significado será o significante /kõp'or/ mais o significado <compor>.

O signo autonímico ficará com dois andares desta maneira:

Significado

$$\text{Signo} = \frac{\text{Significante}}{\text{Significante}}$$

Estes dois andares representam um signo de outro tipo, é o signo autonímico.

3.3.2. Conotação Autonímica

Os signos simples e autonímicos aparecem como uso e menção respectivamente e em separado. Diferentemente de uma terceira forma em que o uso e menção aparecem juntos. Essa é a conotação autonímica, em que além do signo deixar transparecer um sentido, ele também é mencionado pelo enunciador.

Vê-se no exemplo:

(3) É um “marginal”, como dizemos hoje em dia.

A palavra marginal está sendo utilizada como um signo simples na primeira oração. A segunda oração, ao contrário está mencionando a palavra marginal. “Fala-se da “coisa” e, simultaneamente, da palavra pela qual se fala da “coisa”, acumulando-se dois empregos: o uso e a menção” (Teixeira, 2005, p. 142).

3.3.3 Modalização autonímica

Depois das considerações sobre a autonomia e a metalinguagem, considerar-se-á a função reflexiva da linguagem. Na conotação autonímica, a função da linguagem de voltar-se para si mesmo aparece. E essa função, dentre as outras funções da linguagem já trabalhadas anteriormente, se faz importante aqui. Existem, porém, ainda algumas considerações sobre esse tema.

Assim como Rey-Debove trabalha o conceito de conotação autonímica, Authier-Revuz (1998) introduz a modalidade autonímica. Enquanto a conotação

autonímica está ligada à polissemia dos termos, a modalidade autonímia é um fato de enunciação modalizado por uma representação opacificante.

“O dizer retorna reflexivamente sobre um ponto de seu desenvolvimento, para suspender o que vai por si mesmo, sob o modo pelo qual parece dar-se normalmente a nomeação, inscrevendo nela explicitamente a falta por meio de uma interrogação (...); de uma crítica (...); de uma aceitação (...); de uma renúncia (...)” (Teixiera, 2005, p. 158).

As formas de modalização autonímica irão cindir a enunciação em dois campos: o campo da coincidência, o do uso das palavras pelo sentido pré-estabelecido; e o campo das não-coincidências, o da inquietude crítica que vê um problema na significação e não pode deixar de marcá-lo.

Então, em razão dessa inconformidade do enunciador com seu próprio discurso, tem-se de negociar dentro da enunciação essas não-coincidências ou heterogeneidades.

3.3.4 As aspas

É no texto sobre uso das aspas, denominado “Palavras mantidas a distância” (Authier-Revuz, 2004), que Authier-Revuz trabalha essa questão da conotação autonímica que deu origem ao que a linguista chama de modalização autonímica. O tipo de aspas que fazem parte do seu interesse são aquelas que dão a impressão de distanciamento dessa palavra em relação ao texto. Assim, são as aspas utilizadas para a conotação autonímica que a autora investigou e as classificou como tendo duas funções que podem ser analisadas em cinco tipos.

Quanto às funções, as aspas podem atestar uma suspensão da responsabilidade do enunciador e, assim, esse enunciador estaria questionando a validade de tal palavra ou expressão para determinado enunciado. Por outro lado, as aspas podem estar servindo para marcar um

discurso deslocado de seu lugar, pois pertence a um outro discurso. Nesse caso, o enunciador traz o discurso do outro para o seu.

Para a análise dessas funções, a autora – Authier-Revuz – investiga cinco tipos de aspas³:

- de diferenciação: as aspas aqui são utilizadas em estrangeirismos, neologismos, palavras técnicas e familiares, mostrando um afastamento entre as palavras do locutor e a do outro;

- de condescendência: as aspas aqui são usadas quando o locutor utiliza uma palavra ou expressão comum ao vocabulário do receptor, mas ainda assim marca o seu distanciamento em relação ao seu vocabulário;

- de proteção: as aspas são utilizadas para palavras carregadas, as quais, por vezes, o locutor é levado a usar. Este locutor se protege por ser uma situação social que julga não ser sua ou por algo que não é de seu conhecimento;

- de questionamento ofensivo: as aspas servem para quando o locutor é obrigado a falar com palavras impostas do exterior em detrimento das suas próprias palavras. Ele as marca como uma reação ofensiva;

- de ênfase: as aspas, neste último caso, servem para quando o locutor quer marcar uma insistência. Mostra, assim, que é exatamente essa palavra que ele quer usar.

As aspas, então, envolvem a palavra numa maneira de destacá-las pelos motivos observados anteriormente. Elas marcam a conotação autonímica; marcam e mostram que dentro do discurso do enunciador existem outros discursos, conforme foi visto no item 1 acerca do dialogismo. As aspas dão a impressão de que o enunciador é dono de suas palavras, já que abre um “espaço” para outras palavras, porém também mostram toda a falha que pode existir na linguagem, quando o enunciador não encontra as palavras certas.

Essa noção das “aspas como marcas, como falta, como imperfeição” incentiva a “fantasia de um discurso ideal”, a “fantasia do discurso perfeito, da verdade não conflitual”. O que não passa senão de fantasia, pois justamente essas falhas marcam uma imperfeição, “uma imperfeição constitutiva”. Authier-Revuz comenta: “se a palavra aspeada está “à margem” de um discurso, não é

³ no presente trabalho, foi a referência de Teixeira (2005) que guiou as classificações das aspas.

no sentido de que seria desprezível, mas no sentido de que uma margem delimita e constitui” (p.229).

Assim, as aspas ilustram todo o conteúdo trabalhado anteriormente, da heterogeneidade constitutiva da linguagem. Elas marcam as bordas do discurso, esse discurso do outro. Essa borda é *“reveladora e indispensável: acompanhar o mapeamento das palavras aspeadas de um discurso é acompanhar a zona fronteira reveladora daquilo em relação ao que lhe é essencial se distanciar...”* *“ao mesmo tempo, é pelo fato de colocar algumas palavras como não apropriadas que um discurso constitui, em si mesmo, o complementar dessas palavras”* (p. 229).

3.4 Não-coincidências do dizer

As aspas estão para marcar as modalidades autonímicas e essas não são senão formas de não-coincidências do dizer, bem como se viu anteriormente. Elas são uma das formas de representar a heterogeneidade, ou seja, as não-coincidências, *“as modalizações autonímicas são descritas como fatos pontuais de não-coincidência, pelos quais fica suspenso o caráter absoluto e inquestionável que está ligado ao uso standard das palavras. Elas afetam de não-um o funcionamento da enunciação, que se representa, então, como alterada, do duplo sentido de alteração e alteridade”* (Teixeira, 2005, p. 159).

Não-coincidências interlocutivas são formas em que a enunciação é representada e que os enunciadores duplicam, durante o discurso, a enunciação de um elemento. São formas metaenunciativas e, para considerá-las dessa forma, Authier-Revuz (2006) coloca três condições: elas devem ser formas isoláveis na cadeia (frase), devem ser formas reflexivas que correspondem ao desdobramento do que é considerado *um* ato único de enunciação. Esse enunciado estará ocorrendo simultaneamente ao resto da frase, levando em conta que a frase é algo linear. E, por fim, elas devem ser formas opacificantes da representação do dizer.

Essas não-coincidências estão, então, divididas e foram, como veremos a seguir, classificadas a partir de um trabalho de investigação que a lingüista - Authier-Revuz - fez com inúmeros exemplos.

Primeiramente, tem-se uma classificação das não-coincidências em quatro campos:

- a. Não-coincidência interlocutiva entre enunciador e destinatário: nesse caso, tem-se um co-enunciador que é chamado para produzir um sentido compartilhado. Usam-se formas como *x, como vocês diriam; é o que você chama de x; x, se você sabe o que quero dizer*. Dois sujeitos não-simetrizáveis que tentam reinstaurar o um da co-enunciação, onde não há um partilhamento de sentido. Pode ser exemplificado com: “*O estudante teve uma crise, como vocês dizem hoje em dia*”.

Nesse primeiro caso, a noção de dialogismo está evidente. É o discurso do *outro* presente no enunciado e não apenas presente, mas também marcado.

- b. Não-coincidência do discurso com ele mesmo: são usadas formas como *x, segundo uma frase consagrada* ou *x, no sentido que lhe dá Y* e indicam no próprio discurso palavras pertencentes a um outro discurso. Trata-se de uma interdiscursividade mostrada assim como pode-se observar no exemplo: *‘temos que entender de estrutura, no sentido que Lacan apresenta.’*

Da mesma forma que o primeiro caso, aqui também está presente e marcado o discurso do *outro*.

- c. Não-coincidência entre palavra e coisa: há a manifestação de dúvidas, hesitações, buscas acerca da palavra a ser utilizada. São usadas formas como: *X, ainda que a palavra não convenha* ou *X, se assim se pode dizer*. O enunciador duvida da palavra utilizada, como no exemplo: *‘eles foram intimados, se assim se pode dizer, a comparecer à secretaria.’*

Diferentemente dos dois primeiros casos, tem-se aqui uma referência a psicanálise.

- d. Não-coincidência da palavra com ela mesma: inclui formas aceitas (mas não perfeitas) ou rejeitadas ou que especificam o sentido a ser

entendido em função de existir polissemia ou homonímias. Têm-se as formas *x*, *nos dois sentidos da palavra* ou *x*, *no sentido figurado*. Nelas, o locutor procura um sentido da palavra através da exclusão dos outros, como no exemplo: *‘o móvel foi descoberto, no sentido de destapado.’*

Teixeira (2005) mostra que esses quatro tipos de não-coincidências podem ser repartidos em seis conjuntos de formas em uma escala que vai do que está linguisticamente marcado ao que depende estritamente da interpretação.

Antes de descrever as seis formas de não-coincidências, vale apontar que *marca*, para a autora, apresenta duas propriedades importantes: a de ser sempre a marca de um outro que vem dobrar o mesmo, por isso não pode ser tomada como evidente, pois há um processo de negociação entre enunciador e enunciado. E ainda a propriedade de não ter o mesmo estatuto. As formas de não-coincidências do dizer estão situadas numa escala que vai de maior grau de explicitação no discurso a um grau menor dessa explicitação. Por essa razão, a seqüência de formas classificadas abaixo:

1. formas explicitamente metaenunciativas “completas” (*eu digo, x*), nesses casos, o caráter metaenunciativo é explicitado ao máximo pela presença de um elemento que se refere à pessoa, ao tempo e ao ato de enunciação. Nesse tipo, a marca linguística é clara, como no exemplo: *‘o sujeito estava embriagado, eu digo, bêbado mesmo.’*;

2. formas explicitamente metaenunciativas que implicam um *eu digo x* através de expressões circunstanciais (subordinadas, sintagmas preposicionais, adverbiais), assim como *x*, *se eu posso dizer*. São formas marcadas no discurso, assim como no exemplo: *‘o sujeito estava embriagado, se é que podemos falar assim.’*;

3. formas explicitamente metalinguísticas com elemento autonímico, bem como *x*, *a palavra x é inconveniente*. Nessas formas, não há mais o *eu digo x*, aparece um elemento autonímico para fazer um comentário, explicação ou julgamento. Aqui se volta à noção de modalidade autonímica, como no exemplo: *o sujeito estava embriagado, ‘Ele tinha muito disso, como é que vocês chamam? Depressão.’*;

4. formas sem elemento autonímico ou um elemento metalinguístico unívoco, assim como, *x, quer dizer y*. Essas formas pressupõem elementos contextuais e interpretativos. São usadas algumas expressões como: *isto é; ou seja; quer dizer; para não dizer; eu ia dizer; se posso dizer; enfim*. Tem-se como exemplo: essa noção de exportação já está ultrapassada; a globalização, quer dizer, a difusão das atividades para todo o mundo. *‘as coisas se complicam no final da competição, enfim, se confundem.’;*

5. sinais tipográficos (aspas, itálico) e de entonação. Essas formas são encontradas combinadas a formas de modalização autonímica. Aqui, no entanto, é no funcionamento autônomo das formas que a modalidade autonímica aparece. Os exemplos são: *“normal”, eu penso que essa palavra encontra aqui um sentido justo.’;*

6. formas puramente interpretativas, que abrem para heterogeneidade constitutiva.

Como no caso do discurso indireto livre, ironia, da antífrase, da imitação, da alusão, da reminiscência, do estereótipo, formas discursivas que podem ser ligadas à estrutura enunciativa da conotação autonímica, mas sem elementos linguísticos que marquem. A presença do outro não é explicitada por marcas unívocas na frase: a menção que duplica o uso que é feito das palavras é somente dada a reconhecer, a interpretar, a partir de índices recuperáveis no discurso em função de seu exterior.

Este modo de jogo com o *outro* no discurso opera no espaço do não-explicito, do semi-desvendado, do sugerido, mais do que do mostrado e do dito: é deste jogo que tiram sua eficácia retórica muitos discursos, colocando, sem auxílio do “dito”, a presença do *outro* mais claramente em evidência. (Authier-Revuz, 2004).

Sobre o discurso indireto livre, Maingueneau (1997) mostra que ele se localiza nos deslocamentos e discordâncias entre a voz do enunciador que relata as alocações e a do indivíduo cujas alocações são relatadas. No entanto, o enunciado não pode ser atribuído a nenhum dos dois já que não se separa com clareza o que foi dito por um ou por outro.

Para considerar desse modo, Maingueneau (1997) demonstra que na polifonia podem-se notar enunciadores - seria como um ‘autor’ no teatro - e locutores - seria como o ‘ator’.

Outro tipo de heterogeneidade é o das outras palavras, sob as palavras e nas palavras. Authier-Revuz não trabalha os dados materiais do signo como os que possuem o mesmo nome (homonímias), com os que possuem nomes parecidos (paronímia), ou mesmo com os que possuem vários significados dependendo do contexto (polissemia). Também não trabalha as figuras que representam esses signos, assim como a metáfora, a metonímia, os equívocos, os calembures. (Authier-Revuz , 2004).

A autora apenas salienta algumas modalidades explícitas pelas quais a presença do outro significante pode ser marcada em uma sequência. Elas podem ser: uma cadeia que vai remeter a uma forma-gênero repertoriada, codificando a dupla leitura, quais sejam: palíndromo, (palavra ou frase que pode ter a mesma leitura, quer se faça da esquerda para a direita ou vice-versa), acróstico ou inversão, ou ainda um lapso convenientemente escolhido para ser analisado de outra forma em relação ao seu significado.

Esse lapso seria o trocadilho, e sobre este, a autora coloca notas de rodapé para salientar que cada trocadilho comporta duas faces: a primeira, que é chamada de sujeito, de aspecto simplório e inofensivo, e a segunda, ou resposta, que deve oferecer ao amador perspicaz, a título de recompensa, que geralmente refere à obscenidade. A autora recorta também variantes dos lapsos convenientemente escolhidos da inversão, os erros programados, no nível fonológico, nas frases armadilhas, cuja repetição faz surgir automaticamente palavras impróprias no lugar das palavras inicialmente pronunciadas.

SEGUNDA PARTE

PERCURSO ATRAVÉS (DAS FALTAS) DO FEMININO

Como segunda parte desse trabalho tem-se paralelamente aos achados da linguagem o percurso pelo feminino. É importante ressaltar, porém que o conteúdo aqui descrito diz respeito às teorizações da psicanálise acerca do feminino. Não será um capítulo tratando de relações de gêneros sociais, apesar de elas por vezes se encontrarem.

O percurso aqui previsto é primeiramente uma aproximação sobre a formação de um sujeito feminino, dentro da teoria psicanalítica freudo-lacanianiana. Num segundo momento será a escrita feminina que ganhará lugar nesse trajeto.

Adentrar o feminino se faz imprescindível levando em conta a análise que se pretendeu, pois ela aproxima os resultados da análise lingüística, com os achados teóricos sobre o feminino.

1 Formação de um sujeito feminino

A psicanálise, mesmo sendo vista, na figura de Freud, como colocando a mulher em um lugar abaixo do homem por não possuir o pênis, deve-se reconhecer, com Poli (2007), que essa ciência teve um papel importante na libertação sexual da mulher. O autor que inventou a psicanálise – Sigmund Freud - o fez dando voz às mulheres. Ele escutou, e não apenas isso, ele considerou a palavra das histéricas.

Poli (2007) afirma:

“Reconhecer à histérica o valor de sua palavra, ato fundador da psicanálise, incidiu diretamente na autenticação da expressão do desejo sexual da metade da população, até então fadada a ocupar exclusivamente a posição de objeto de desejo masculino”.

No entanto, o criador da psicanálise, quando se tratava de mulheres, tinha também suas particularidades e apresentou como sua principal falha, a qual ele admitiu depois, não entender o que se passava com as mulheres. Uma de suas máximas foi a pergunta: “*O que quer uma mulher?*”. Karan (2002) acrescenta que, ao colocar essa questão, Freud demonstrou a insuficiência de um discurso que, equivocadamente, pretendia dar conta do que é – e do que quer – uma mulher, utilizando padrões convencionados pela cultura que determinavam o que deve ser e o que deve querer uma mulher.

É, porém, nessa insuficiência do discurso vigente na cultura que as mulheres tiveram acesso a uma formulação do seu desejo e é ele que dá origem a uma outra forma de inscrição feminina na cultura: a de sujeito do discurso. As mulheres ascendem da posição de sujeito do desejo para a posição de sujeito do discurso.

Antes de adentrar no universo discursivo da mulher, cabe pensar na diferença sexual – ser homem ou ser mulher – e para conceber essa diferença é primordial entender uma das principais conceituações da psicanálise: o complexo de Édipo. Nesse conceito, ressalta-se, primeiramente, que existe uma diferença entre Freud e Lacan e ela será trabalhada a seguir.

No texto *Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*, Freud (1996) propõe a anatomia genital como fundamento natural da definição dos destinos da sexualidade infantil, a partir do complexo de Édipo. A criança certificar-se da presença ou ausência do pênis é o que determina uma referência para a elevação de uma posição subjetiva. O autor denomina complexo de castração quando ocorre essa visualização da ausência ou presença do pênis, ou seja, quando a criança percebe a diferença sexual. E daí decorre a angústia de castração que, no menino, se dá pela ameaça de perda do órgão e, na menina, pela perda já efetivada.

Acontece que as primeiras investigações da vida sexual das crianças foram feitas por Freud (1996) no menino. Nele, o complexo de Édipo é o primeiro estágio possível de ser identificado, em que a criança retém o mesmo objeto que investiu com sua libido anteriormente, não ainda como objeto genital. O menino encara o pai como rival perturbador que quer ser livre dele e tomar-lhe o lugar.

A sua atitude edipiana pertence à fase fálica e sua destruição é ocasionada pelo temor da castração, pelo interesse narcísico nos órgãos genitais. Anteriormente ao complexo de Édipo, o menino tinha uma identidade afetuosa com o pai, livre de rivalidades com a mãe.

O complexo de Édipo na menina, para Freud, é dado a partir dos achados feitos no menino. Vê-se, com Soler (2005), que Lacan “*estigmatizou o ‘escândalo do discurso analítico’, dizendo que Freud transpôs para as mulheres o que valia para os homens*”. Assim visualiza-se a primeira diferença entre os psicanalistas citados.

Quanto a esse complexo de Édipo da menina, proposto por Freud, tem como objeto original a mãe. A menina, porém, abandona esse objeto, esse papel é transferido para o pai. Ela deseja ter um filho do pai. O primeiro passo da fase fálica é o descobrimento do pênis no menino, identificando-o como o correspondente superior de seu órgão. Tornam-se então vítimas da inveja do pênis. A menina vê, sabe que existe e quer tê-lo.

Desta maneira, uma menina pode recusar o fato de ser castrada, enrijecer-se na convicção de que, realmente, tem um pênis e se comportar como um homem. Mesmo após a inveja de o pênis ter abandonado seu verdadeiro objeto, ela continua existindo, persiste no traço característico do ciúme. Outra consequência da inveja do pênis seria um afrouxamento da relação afetuosa da menina com seu objeto materno (a mãe a enviou ao mundo insuficientemente aparelhada). Quando ela descobre que outra criança tem pênis, começa a demonstrar ciúmes desta outra criança, pois a mãe gosta mais dela.

O efeito mais importante da inveja do pênis é que, logo após os primeiros sinais de inveja do pênis, manifesta-se uma corrente de sentimentos contra a masturbação. Esse impulso é um precursor da onda de repressão que na puberdade extinguirá grande quantidade da sexualidade masculina na menina para dar espaço à feminilidade. Agora a libido da menina desliza para nova posição, abandona o desejo pelo pênis e tem desejo de um filho, assim o pai é tomado como objeto de amor, e a mãe, como objeto de ciúme.

Mais tarde, a ligação da menina com seu pai, tendo de ser abandonada, pode ceder lugar a uma identificação com ele, podendo voltar ao complexo de masculinidade e se fixar nele.

Assim, o complexo de Édipo nas meninas, para Freud, é uma forma secundária, pois as operações do complexo de castração a precedem e preparam, enquanto que nos meninos o complexo de Édipo é destruído pelo complexo de castração. O complexo de castração sempre inibe e limita a masculinidade e incentiva a feminilidade.

Desta maneira, em Freud, a distinção entre os sexos é dada pela presença ou não do falo (pênis), derivando no complexo de castração, devido ao qual a criança terá medo de perder o falo, ou seja, ser castrada. Para ele, primeiramente menino e menina possuem a mesma história sexual (masculina), desejando a mãe. A criança possui o falo, que é o objeto de desejo da mãe. No complexo de castração, essa posição de detentora do falo é proibida, emergindo a diferença entre os sexos. Juntamente com estas fases, o complexo de Édipo se inaugura, e o menino ainda tem como objeto de desejo a mãe. Na menina, esse objeto de desejo se desloca para o pai. Com a ameaça de castração, ou complexo de castração, o menino “desiste” do amor da mãe, identificando-se com o pai, e a menina, ao contrário, identificar-se-á com a mãe.

Como havia sido citado anteriormente, Lacan, em sua revisão da obra freudiana, repensa alguns conceitos do seu mestre, e as teorizações acerca da mulher é um deles. Soler (2005) aponta que o falocentrismo, que foi muito discriminado em Freud, e ao qual foi atribuída uma grande depreciação das mulheres, foi ali questionado e repensado.

Para Freud, segundo Karan (2002), a castração materna é percebida quando a criança constata a ausência do pênis na mãe; enquanto que para Lacan, a castração passa pela descoberta de que a mãe deseja o pai. Em qualquer dos casos, existe algo que a mãe não tem, algo que lhe falta e que não poderá ser preenchido por ela, criança. A castração materna, ao mesmo tempo em que presentifica para a criança a impossibilidade de ocupar a posição ideal de falo materno, evidencia a falta e cria um registro do desejo.

Essa complexa relação entre castração, falta e desejo desmascara o estado de impotência e lança o sujeito em busca de significantes fálicos que lhe restituam uma parcela mínima de potência. A falta, desse modo, dá origem ao desejo.

No Édipo, para Lacan, segundo Bleichmar (1984), há um significante que circula, que vai determinar a posição do personagem, vai marcando uma determinada posição no qual a pessoa que nela se encontra tomará as funções, as propriedades dessa posição. O Édipo lacaniano é a descrição das estruturas e dos efeitos de representação que esta estrutura produz nos que a integram. Esse significante que circula é o falo.

Significante para o autor é um aspecto material, podendo ser um vestígio acústico, uma imagem visual, algo da ordem do sensível ou capaz de converter-se em perceptível. No significante e por meio dele, alguma coisa fica inscrita, pelo fato de que se passa de uma ordem para a outra. Ele irá instaurar algo que é de uma ausência, vai aparecer no lugar desta coisa, substituindo a ausência. Na verdade, ele vai inscrever o ausente e não o existente, pois quando o que deve se inscrever não existe é uma falta, uma carência, o aspecto material no qual essa falta se inscreve aparece como uma presença. Esse aspecto material é o significante e nele vai ficar registrada a falta, dando então a ilusão de que não existe a falta.

Neste sentido, o autor fala do falo como o significante da falta, pois aparece como o que está no lugar da falta. Ao aparecer como uma presença, ele produz a ilusão ou possibilita a ilusão de completo, não falta nada.

O falo imaginário é o que completa uma falta produzindo a expansão do narcisismo, sua satisfação. O indivíduo sente que algo lhe falta e esse algo é para ele o que lhe completaria se o tivesse. Esse algo é o falo imaginário que pode ser qualquer coisa que lhe dê a sensação de plenitude, assim como o corpo, o pênis, o dinheiro, um carro, entre outros.

A partir disso, pode-se pensar na diferença entre os sexos. Lacan, segundo Soler (2005), utiliza, para pensar essa diferença, a lógica. Ele reformula a questão da diferença entre os sexos em Freud, opondo duas lógicas: a do todo-fálico nos homens e a do não-todo fálico nas mulheres, e dois tipos de gozo, um fálico e outro chamado de suplementar. A lógica presente no Complexo de Édipo produz o homem a partir da lei da castração, que só lhe deixa, em matéria de gozo, o gozo fálico. Já na mulher é diferente, e isso, segundo a autora, não é um aquém, mas, antes, um além. O outro gozo, suplementar, que não se exclui da referência do falo, e sim se une a ele, é

situado pela lógica do conjunto do não-todo. O falo está presente, mas enquanto falta.

Lacan, então, olha para a obra freudiana com óculos críticos e aponta uma lógica onde Freud não observou. Esta lógica acrescenta que a mulher está num lugar de marcar a diferença, de marcar a falta. Ela está no lugar de marcar a castração simbólica no homem.

Castração simbólica no homem tem relação com sujeito castrado pela lei, pelas leis do *Outro*, formando assim um sujeito barrado. Esta castração simbólica ocorre tanto no homem como na mulher. No entanto, o homem continua com uma ilusão de uma completude imaginária, a qual a mulher vem ameaçar.

Somos todos seres desejantes, pois somos todos, homens e mulheres, seres castrados. Designar as mulheres como seres castrados, determinando a partir desse significado seu lugar na cultura, salvaguardou os homens de se defrontarem com sua própria impotência, com a sua falta e com a sua angústia.

Dessa forma, fica evidente que a afirmação da existência de um sentimento de inveja do pênis como constitutivo da mulher busca preservar o sentimento narcísico masculino. Afinal, permite que os homens permaneçam iludidos de que o castrado é o *outro*, pois não são advertidos de que o pênis só é falo na infância. Já as mulheres, sob os efeitos do significado “castradas”, terão de, num duplo esforço, substituir a ausência do pênis e simbolizar o falo, agindo contra todas as restrições culturais que lhe são impostas. (Karan, 2002).

Se antes a única via de subjetivação feminina legitimada pela cultura era por meio do desejo masculino, o que significava recalcar o próprio desejo, apontado pela cultura como abominável, e lançar-se na tentativa de ser objeto do desejo do *outro* – tornar-se amada e desejada –, por meio do exercício da sedução, hoje se tornou possível para as mulheres fazerem uso do “falo da fala” e se apresentarem como enunciadoras de seu próprio discurso. (Karan, 2002).

Não é a natureza ou qualquer realidade física que determina a posição inferior das mulheres, mas uma diferença de significado. A linguagem é o centro da teoria lacaniana, é com ela que a identidade de gênero é construída. A imposição de normas de interação social é inerente e específica do gênero, porque a mulher tem uma relação com o falo diferente do homem (Kehl, 1998).

A mulher esteve, desde a origem das sociedades humanas, no lugar de troca simbólica, ocupando o lugar de corte, da separação, que faz a lacuna no saber instituído, lembra Tomaz (2001). E, no saber psicanalítico, ela marca a diferença.

A autora vai citar que o enigma do que distingue homens e mulheres encontra-se atrelado à manifestação da bissexualidade e afirma que se trata da existência de libido única, que se distribui de maneira uniforme por todos os objetos, com modalidades de satisfação ativas e passivas, de onde se conclui que as relações dos indivíduos de ambos os sexos se constituem de traços masculinos e femininos.

A bissexualidade, continua Tomaz (2001), disposição inata do ser de fala, coloca-se em primeiro plano mais claramente nas mulheres. Para a menina, não representa perigo às identificações com os atributos da masculinidade. Ao longo do desenvolvimento sexual, ela é induzida a mudar de zona erógena e de objeto de amor, enquanto o menino os mantém. O fundamento feminino que marca a sexualidade é facilmente incorporado pela mulher, que transpõe as fronteiras fálicas e se depara com o vazio que caracteriza o seu sexo.

Para o conjunto masculino, no entanto, a aproximação entre as características sexuais transforma-se em fonte de angústia. A feminilidade, ao negar o referencial fálico, confronta o sujeito com o inefável do desejo, levando a crer que o ser homem não é menos semblante que o ser mulher. Assim, o homem aprende a manter a mulher à distância, a fim de sustentar o logro da falicidade. As regiões ocas do sexo feminino fazem aflorar o não-saber que ameaça o narcisismo e a coesão masculinos. As mulheres se inserem, ao mesmo tempo, na lei e, em parte, fora da lei fálica (Tomaz, 2001).

Assim, a autora observa que as mulheres são passíveis de minar as construções masculinas; com uma subjetividade ambígua, caracterizam a falta tanto no nível imaginário quanto no simbólico, abrindo espaço para o surgimento do novo, da criação.

Maria Rita Kehl (1998), em seu livro *Deslocamentos do Feminino*, acrescenta que as formações da linguagem nos transformam em indivíduos inseridos em grupos, assim como ser homem, ser mulher, ser médico, etc. No

entanto, homem e mulher são os primeiros significantes que designam um sujeito, mesmo antes de ele nascer, mesmo antes do desejo atuar.

A cultura, segue a autora, a partir dos pais designa uma pessoa como homem ou mulher e assim será até o fim de sua vida. Isso acontece a partir do que esta autora designa de *mínima diferença* inscrita em nossos corpos. E esta mínima diferença é com o que teremos que lidar para constituir o desejo, a posição a partir da qual desejamos o objeto que iremos privilegiar e o discurso a partir do qual enunciaremos nossa presença no mundo.

O que torna um sujeito sexuado é a travessia do Édipo, em que os padrões e ideais considerados do gênero irão guiá-lo. Isso permite uma pertinência imaginária a um grupo humano, porém, mesmo que características do gênero guiem essa travessia, tem-se a diferença irreduzível de cada sujeito. Essa travessia, agora singular, é expressa pelo desejo e ele é marcado pela posição na ordem familiar, pelo que representamos no inconsciente de nossos pais, pelo que herdamos de gerações passadas, por todas as injunções discursivas que nos atravessam desde o nascimento.

Em relação ao aforismo freudiano de que “a anatomia é o destino”, Kehl (1998) refere que só é válida quando relacionada à mínima diferença inscrita nos corpos, que pertence à ordem do real. Ela coloca que o gênero é concebido a partir das características sexuais anatômicas, incluindo o sexo biológico e que é atrelado de valores e atributos que a cultura lhe confere.

O feminismo vai mostrar que ser homem e ser mulher não era uma questão de anatomia, e as diferenças entre os sexos dizem respeito principalmente à cultura e ao social.

A psicanálise freudiana também vai evidenciar que se pode construir através de identificação a idéia do feminino e do masculino e inclusive de algo diferente disso. No entanto, diferentemente do que as feministas defendiam, não são apenas valores socialmente impostos que formam uma personalidade feminina, mas esta tem a ver com identificações. Essa escolha, no fundo, não passa de uma ilusão, como nos lembra Poli (2007), e o destino passa a ser o inconsciente. Brandão e Branco (1995) afirmam que, considerando que feminino se constrói em oposição a masculino, corre-se o risco de mergulhar num raciocínio simétrico e antinômico que comumente reforça os sacralizados

ideais de completude e totalidade. E ainda, que rastrear as diferenças sempre pressupõe a reiterar as semelhanças, ou a repetição.

A fala feminina, continua a autora, funciona a partir de uma lógica que é preciso ser pensada não dicotomicamente, não antinomicamente em relação ao masculino, não como alguma coisa que seria o seu complemento, mas o seu suplemento.

Ser homem ou ser mulher não é determinado apenas pela anatomia. Se o gênero fosse determinado apenas por isso, as pessoas não passariam, como diz Poli (2007), a vida inteira se perguntando o que significa ser um homem ou ser uma mulher, não sofreriam por não saber como será acolhido e significado, pelo Outro, o sentido sexual de seus atos. Como neuróticas, as pessoas sofreriam com a tentativa de construir uma imagem que possa corresponder ao que se supõe ser um homem ou ser uma mulher. Recorre-se à anatomia, mas ela, com certeza, não dá conta.

Desta forma, entende-se que tanto homem quanto mulher são seres castrados. No entanto, é a mulher que assumiu – ou lhe foi designado – o papel de faltante. Desta forma, não existe barreira que delimite a psicanálise das teorias feministas, visto que ambas consideram existir diferença entre os sexos, mas não hierarquia, a não ser uma hierarquia social, ou seja, construída socialmente.

Como existe, no entanto, essa hierarquia, a mulher busca uma saída a esse lugar ‘menor’ que lhe é atribuído. Essa saída, segundo os autores citados anteriormente, pode ser a linguagem, a escrita.

2 A escrita feminina

A partir do que foi revisado anteriormente, chega-se a um ponto de vista em que a mulher, apesar de apoderada de um lugar de falta, consegue preencher esse lugar, seja com discursos feministas, seja com escrita literária,

seja com o simples protesto. O que tem de comum nisso é que tudo passa pela linguagem. Aqui, porém, centrar-se-á na escrita.

Segundo Branco e Brandão (1995), a metade do século XX é caracterizada pelo aumento significativo do número de mulheres escritoras e esse movimento deu origem ao que as autoras lembram ser denominado de “escritura feminista”. A característica essencial dessa escritura feminista é de oposição à lógica do discurso fálico – caracterizado pela unidade, linearidade, racionalidade, afirmação de supremacia e autoridade.

Ao contrário do discurso até então comum, um discurso masculino, fechado, sem dúvida, aparece uma escritura feminista em que os textos apresentam um protesto e uma ruptura formal com a ordem social e simbólica dominantes. Textos em que o espaço para a diversidade é aberto, em que a pluralidade de diferenças e multiplicidades de seres têm lugar. Nesses textos, de uma escritura feminista surge uma linguagem que rompe com as estruturas e a sintaxe até então convencionadas e apresenta novas perspectivas de significação.

Apesar de Branco e Brandão (1995) caracterizarem essa escrita como feminista, nesse trabalho não será tratada assim e, daqui para a frente, será tratada de escrita feminina.

Quanto à especificidade da escrita feminina, Karan (2002) acrescenta que não há como fugir de uma incômoda provocação: a questão das dualidades, das dicotomias, das oposições. Se feminino se constrói em oposição a masculino, o risco de se mergulhar num raciocínio simétrico e antinômico, que comumente reforça os sacralizados ideais de completude e totalidade, não é pequeno. Além disso, como se sabe, o rastreamento das diferenças sempre pressupõe a reiteração das semelhanças, ou da repetição.

Assim, pensar na escrita feminina como um discurso outro, como uma outra dicção, procurando assinalar esse outro lugar em que esse discurso se constrói, implica também verificar sua inserção não diferenciada no paradigma, sua repetição dos mesmos percursos e dos mesmos impasses, sua mesmice linguageira.

A “fala” feminina apresenta peculiaridades pertinentes à modernidade, tempo histórico em que se dá a descoberta da fragmentação do sujeito,

marcado pela multiplicidade, pela intersubjetividade e pela descentralização do cogito, que impõe a formulação de um novo “eu”.

Os elementos que exprimem a maneira feminina de estar no mundo podem ser facilmente identificados na expressão literária da escrita feminina, tanto no que se refere à linguagem como na construção do discurso. São aspectos como “o inacabado da frase, o uso de elipses, de formas interrogativas, de orações substantivas, de uma sintaxe fluida, com frases interrompidas ou diálogos suspensos – por pausas, reticências, espaços em branco” (Karan, 2002).

“É só no entrecruzar desse duplo movimento _ daquele que parte, com aquele que fica, daquele que rompe com aquele que repete, daquele que é outro com aquele que é o mesmo _ que se pode vislumbrar essa especificidade feminina no discurso. Aí o seu traço, aí o seu rastro, aí a sua *diferência*. E o fato de sua distinção poder ser assinalada apenas por um traço, ou por um gesto discursivo outro, não diminui em nada seu caráter de diferença, mas antes o constrói dialeticamente, como uma marca que sabe bem que seu lugar não pode passar de um entre, de um entrelugar.” (Branco e Brandão, 1995, p. 72)

As autoras seguem expondo que a fala feminina funciona a partir de uma lógica que é preciso ser pensada não dicotomicamente, não antinomicamente em relação ao masculino, não como alguma coisa que seria o seu complemento, mas o seu suplemento.

Pode-se perceber a relação entre as características acima apontadas e a forma como o corpo feminino é representado na cultura – a partir de uma falta. Se um novo discurso só pode ser compreendido mediante a repetição de seus signos presentes em enunciados anteriores, o discurso feminino se consolida no mundo das significações, apropriando-se de uma especificidade compatível com a marca de falta e castração imposta pelo discurso dominante.

Com o re-inventar da linguagem, as mulheres se re-inventam enquanto mulheres e re-inventam o significado do feminino na cultura. Isso se nota a partir de uma nova construção de discurso que deixa de ser mediada pelo “falo”. Essa nova construção do discurso propicia a constituição de um laço social que não pretende a exclusão do outro e que se caracteriza por seu aspecto de união das diferenças, pois não mais se trata de produzir um discurso organizador em torno de posições fixas e restritas – ou de sujeito ou

de objeto do discurso. Essas categorias passam a se apresentar em permanente mobilidade.

Entendendo a fala feminina suplementar em relação ao que pode chamar de um discurso literário tradicional ou oficial, uma escrita feminina trará sempre elementos que, em vez de se oporem aos elementos do paradigma, algumas vezes configuram-se como um “a mais” com relação ao paradigma. Mas é preciso que se entenda que esse “a mais” não compreende um juízo valorativo, que distingue a escrita feminina como excessiva em virtude de sua plenitude ou totalidade, em virtude de sua capacidade de tudo conter (Branco e Brandão, 1995).

Pensando no excesso do discurso feminino, pensa-se também na falta que o constitui, naquilo que sobra em algum lugar exatamente porque falta em outro, naquilo que é “a mais” em algumas instâncias, porque é “menos” em muitas outras.

Trata-se, evidentemente, de um deslocamento. Quando Lacan fala num “além”, num “a mais” do gozo feminino, nesses deslizamentos e deslocamentos incessantes do gozo da mulher, que fatalmente desembocariam no lugar de Deus, ele está falando de um além da linguagem circunscrito, determinado, construído e designado pelos limites da linguagem. E nisso não há qualquer metafísica. “*Passadas as bordas, não há limites.*”, esse, entre muitos outros, foi um dos aforismos caros a Lacan. E esse é um aforismo interessante de se pensar no que se refere ao limiar da escrita feminina. Algo assim, como uma sentença que constitui e determina essa escrita: *passadas as bordas, não há limites*. Passados os limites, não há limites.

As possibilidades femininas de inscrição da subjetividade, inscrição que envolve desejo, investimento e sublimação, só é possível pelo acesso à linguagem, ocupando a posição de sujeito do desejo, e pela ruptura com a lógica fálica do discurso, o que permitiria a formulação de novos significados para o feminino, ampliando os limites do simbólico e, conseqüentemente, conduzindo a uma outra compreensão da alteridade e da diferença e estabelecendo outras formas de laços sociais.

Como transpor os limites da linguagem se são eles mesmos que nos oferecem a noção do limite? O limite engendra o ilimitado, e é nas molduras do limite que o ilimitado tem lugar. Admitir isso significa admitir que a escrita

feminina pode alguma coisa, mas não pode outras. Mas não pode tudo. Como aliás qualquer escrita. Como, aliás, qualquer gesto de linguagem.

Se a escrita feminina se constrói nessas bordas, como um discurso não marcado, seu específico não é exatamente o que se opõe ao paradigma, mas o que se desenha em seus contornos.

Por isso, como um discurso da margem, ele será uma escrita do fragmento, da ruptura, da cisão; uma escrita a que corresponde uma dimensão temporal sempre descontínua, sempre lacunar; a uma noção de sujeito não pleno, não acabado; uma escrita que não nega o vazio que a constitui, mas que antes o exhibe, apresenta-o, e faz dele matéria de linguagem.

A configuração proposta para a escrita feminina não desemboca, portanto, numa configuração de gênero, ou de espécie: o feminino não é o lírico, não é o poético, não é o memorialista, embora esses possam atravessar esse lugar feminino da escrita. Esse discurso feminino deve ser entendido antes como uma categoria de escrita que se chega quando determinados gestos de paroxismo da linguagem são efetuados.

Por isso, pensa-se nessa categoria como um tom da escrita; um tom menor, que aponta sempre em direção a um lugar à margem e por isso, constrói um texto sempre dissonante, sempre desterritorializado, sempre questionador do paradigma discursivo oficial.

O texto de Branco e Brandão citado anteriormente trata de uma análise de textos de Cixous – estudiosa da escrita lispectoriana – e de textos da própria Lispector. Como nesse estudo não se entra no trabalho de Cixous, as citações que são referidas dizem respeito ao que as autoras escrevem sobre Lispector.

“É em um lugar de palavras que se querem coisas, mas que são sempre palavras, numa voz quase audível que se quer além da linguagem, mas que é sempre escrita, nesse antes da leitura em que tudo é sempre hieróglifo, é que se encontra a escrita de Clarice. É aí que se pode vislumbrar esse impossível da escrita feminina, tão demarcado o instante “já”, mas o instante já é sempre um “era”, quero a coisa, mas é sempre um signo, quero o todo, mas me desfaço em partes, quero parecer-me com um eu, mas o eu é sempre outro.”(Branco e Brandão. 1995, P. 79).

As autoras seguem mostrando que é por essa via que o feminino pode falar. E pode se fazer ouvir. Pela via do simbólico a que, aliás, estamos todos

submetidos, como seres de linguagem. Pela via que irremediavelmente assinala a morte, já que o simbólico, como presença de uma ausência, é sempre algo que se coloca no lugar do morto.

Mas há maneiras e maneiras de se situar no simbólico. Alguns se colocam aí confortavelmente, construindo, no lugar do morto, suntuosos monumentos, que buscam escamotear a perda, o vazio, a morte. Outros, sempre indignados, teimam em buscar o Real, mesmo sabendo que essa busca se constitui um projeto impossível.

Nisso as autoras mostram que Clarice diz: “Atrás do pensamento não há palavras: é-se. Minha pintura não tem palavras: fica atrás do pensamento” (p. 80).

E elas seguem citando que Clarice sabe que o atrás do pensamento a linguagem não alcança. Ou por outro lado, alcança, já que atrás do pensamento é uma construção de linguagem. E é nesse movimento, nessa dupla direção que sua escrita se dá: querendo o impossível e sabendo que o impossível é circunscrito pelo possível, buscando o ilimitado que os limites delimitam.

A escrita feminina, assim, caracteriza-se pela particularidade de aclarar a falha, deixá-la exposta. E como pode ser vista, a escrita de Clarice Lispector entra nesse tipo de classificação, de uma escrita feminina, tal qual pode ser entendida aqui.

TERCEIRA PARTE

EM DIREÇÃO À ANÁLISE

1 Considerações metodológicas

1.1 Caminho metodológico

Apesar de este ser um trabalho na área da linguística, a abordagem presente é dupla. Faz-se escutar a voz principal da linguística, mas, como fundo, tem-se a psicanálise a oferecer ajuda. A linguística então dá consistência à base teórica para uma análise da linguagem através das teorias da enunciação. Essas teorias da enunciação desembocam, como foi visto, na teoria de Authier-Revuz. Essa linguista francesa faz da psicanálise algo caro a seus estudos.

Desta forma, a primeira contribuição psicanalítica se vê no que concerne à teoria da autora. No entanto, seguindo a expectativa do estudo, foi necessário um passeio pelos caminhos do feminino para o objetivo aqui proposto: analisar o feminino através da linguagem. Esses achados sobre o feminino fazem parte de estudos na psicanálise.

Assim, juntavam-se a linguagem e sua análise com as contribuições da psicanálise sobre o feminino. Para dar seguimento a uma dissertação no âmbito da linguística era importante delimitar um tema e um corpus para a análise. O tema surge enquanto parte dessa dupla teorização: a escrita feminina.

Para o corpus foi necessária uma pesquisa mais aprofundada guiada pelo interesse da autora deste trabalho. As pesquisas percorreram crônicas de revistas e jornais, autobiografias de mulheres e ainda escritos literários. Essa pesquisa se delimitou quando se decidiu por uma escritora para que seus escritos fossem palco de uma análise.

Clarice Lispector foi essa escritora escolhida e a partir de então era necessário escolher, dentre a sua ampla obra, algo para delimitar o olhar. Foi

entre livros de romances, de contos, de cartas e de crônicas da escritora que a pesquisa continuou. No entanto, foi com uma *descoberta (do mundo)* que se chegou a textos que permeavam entre os campos dos gêneros literários expostos. O passo seguinte era analisá-los.

Cabe, por conseguinte, pensar na metodologia a ser utilizada para a análise. Essa se referia aos estudos na área da enunciação, com sua especificidade nas classificações de Authier-Revuz da heterogeneidade mostrada. A autora trabalha em seus livros e artigos com um número grande de exemplos em relação a todo tipo de classificação que ela tenha feito. Absolutamente certo parecia não vislumbrar algo que intencionasse chegar perto dessa análise. O trabalho de análise que se propunha, então, era entender como as marcas linguísticas deixadas em um texto podem estar relacionadas ao feminino.

Desta forma, usou-se a obra da escritora Clarice Lispector – *A descoberta do mundo* – para representar algumas formas que dessem credibilidade ao que estava sendo pensado como hipótese – do feminino ser o que denuncia como ilusão o entendimento do sujeito como completo.

O trabalho então analisa marcas linguísticas que denunciam as não-coincidências do dizer presentes nos textos. Entendendo, assim, como ocorre essa heterogeneidade da linguagem e como podemos relacionar isso com o feminino.

1.2 A descoberta do mundo

Entre a descoberta e a invenção estão os textos de Lispector presentes na obra aqui referida. O título dado a essa obra representa uma descoberta de um novo método de escrever para a autora: ela cita por várias vezes no livro o quanto há um estranhamento em ter que escrever para um jornal. Assim como deixa claro que faz isso por uma necessidade financeira pela qual está passando. Contudo, acaba por inventar sua maneira – particular – de fazê-lo.

Esses textos não parecem ser classificados como crônicas, apenas, nem como contos, nem, tampouco, como romances.

1.3 Classificação utilizada

A partir do referencial teórico utilizado: de Authier-Revuz e autores que escrevem sobre sua obra – Maingueneau e Teixeira, estabeleceu-se neste trabalho as seguintes classificações a que a análise está submetida:

1.3.1 Primeiramente, tem-se uma classificação das não-coincidências em quatro campos:

- a. não-coincidência interlocutiva entre enunciador e destinatário;
- b. não-coincidência do discurso com ele mesmo;
- c. não-coincidência entre palavra e coisa;
- d. não-coincidência da palavra com ela mesma.

1.3.2. Segundo, tem-se uma classificação em seis conjuntos de formas de heterogeneidade mostradas desde a forma linguisticamente aparentes até as mais interpretativas.

- a. formas explicitamente metaenunciativas “completas”;
- b. formas explicitamente metaenunciativas que ao invés de ser usada a expressão *eu digo x*, utiliza outras formas de expressões circunstanciais (subordinadas, sintagmas preposicionais, adverbiais), assim como *x, se eu posso dizer*;
- c. formas explicitamente metalingüísticas com elemento autonímico;
- d. formas sem elemento autonímico ou um elemento metalingüístico unívoco, assim como, *x, quer dizer y*;
- e. sinais tipográficos (aspas, itálico) e de entonação. Entre os sinais tipográficos encontra-se a classificação do uso das aspas:
 - de diferenciação;
 - de condescendência;
 - de proteção;
 - de questionamento ofensivo;
 - de ênfase.

f. formas puramente interpretativas, que abrem para heterogeneidade constitutiva.

Das formas interpretativas considera-se a classificação:

- discurso indireto livre;
- ironia;
- antífrase;
- imitação;
- alusão;
- lapso.

1.4 Classificação da palavra

Embalada por um ritmo particularmente lispectoriano, a palavra é utilizada para além do fazer entender. Ela dá vida ao texto e, assim, também à autora dele. A escrita torna-se algo vital e necessário. A palavra falta. A palavra transborda o sentido. A palavra vira matéria. A palavra se repete. A palavra ganha vida. E é através dessas atribuições da palavra que os capítulos da análise ganham divisões:

1. A palavra falta
- 2 A palavra transborda o sentido
- 3 A palavra vira matéria
- 4 A palavra ganha vida

Esses capítulos visam a conter um apanhado de formas em que se possam aproximar características da escrita de Clarice Lispector que coincide com características do que se pode chamar de *fala/escrita/escritura feminina*. Essas denominações aparecem em vários achados sobre o feminino, mas, no presente estudo, serão guiadas por dois textos:

“A linguagem e as mulheres” de Henriette Karam, presente no livro *As mulheres e a filosofia*, organizado por Tiburi, Menezes e Eggert (2002) e “Feminino

feminino: Clarice com Cixous” presente no livro *Literaterras: as bordas do corpo literário* de Lucia Castello Branco e Ruth Silvano Brandão.

2 Análise

“Palavra prima
Uma palavra só, a crua palavra
Que quer dizer
Tudo
Anterior ao entendimento, palavra

“Palavra viva
Palavra com temperatura, palavra
Que se produz
Muda
Feita de luz mais que de vento, palavra

“Palavra dócil
Palavra d'agua pra qualquer moldura
Que se acomoda em balde, em verso, em mágoa
Qualquer feição de se manter palavra

Palavra minha
Matéria, minha criatura, palavra
Que me conduz
Mudo
E que me escreve desatento, palavra

Talvez à noite
Quase-palavra que um de nós murmura
Que ela mistura as letras que eu invento
Outras pronúncias do prazer, palavra

Palavra boa
Não de fazer literatura, palavra
Mas de habitar
Fundo

O coração do pensamento, palavra”
Chico Buarque

Num entrecruzar de palavras e coisas, entre lucidez e loucura, entre falta e excesso, entre ser homem e ser mulher, entre vida e morte, entre felicidade e tristeza estão os textos de Clarice Lispector no livro *A descoberta do mundo*.

Para a análise dos textos de Clarice, a teoria linguística utilizada, como foi visto, é a de Authier-Revuz acerca da heterogeneidade na linguagem, das não-coincidências do dizer. No entanto, para complementar esse estudo, utiliza-se a psicanálise como forma de entendimento do *eu* e, principalmente, do *eu* feminino.

A palavra em *Lispector* – na referida obra – participa de uma dança de lugares. Ela é *mostrada* com quase tanta frequência com que ela é *usada*. Vai e volta em um embalo fascinante que só é possível através da metalinguagem comumente presente no texto.

Enquanto escreve, Clarice “fala” com o texto, com o leitor, ela comenta sua escrita. Essa metalinguagem presente no texto de Clarice somente será aqui analisada quando está a produzir uma não-coincidência do dizer.

Assim, a partir dos pressupostos teóricos, acompanha-se Karan (2002) no que se refere ao enunciado:

“De um lado a linguagem, em sua dimensão de expressão individual, de um “eu” que por meio dela manifesta sua singularidade e, enquanto construção coletiva, isto é, sistema de significação, funciona como suporte do simbólico. De outro, a mulher, cuja definição se centra pela anatomia de um corpo, culturalmente marcado pela castração – uma vez convencionada a supremacia da equivalência falo-pênis.” (p. 183)

A análise é dividida em itens que apresentam características da linguagem – palavra – e do feminino. São os itens: A palavra falta, A palavra transborda o sentido, A palavra vira matéria, A palavra ganha vida.

2.1 A palavra falta

A mulher foi, desde tempos antigos, marcada – em seu corpo e sua “alma” – como um lugar de falta. O significante da falta – falo – ganha significado com o feminino.

Tem-se o homem como quem detém o poder, ele está no lugar de o *Sujeito*. Em um outro lugar, para fazer-se ouvir, está a mulher que é entendida como um espaço a ser preenchido. (Karan, 2002). Um lugar a ser preenchido porque existe uma falha e essa falha é possível de visualizar-se.

Nos textos escritos por *Lispector*, nota-se uma falta das palavras, um limite em relação ao que é possível ser dito. E essa característica é mostrada a

partir de formas em que a autora chama o *outro* para seu discurso. Chama as palavras do *outro*, como na frase abaixo:

(1) “...e essa coisa que não quero ainda tentar definir é uma luz tranquila dentro de mim, e a ela chamariam de alegria, alegria mansa.”

Encontra-se, segundo as classificações de Authier-Revuz, uma não-coincidência interlocutiva entre enunciador e destinatário. Lispector define essa *luz tranquila* como *alegria mansa*, mas não é ela que denomina, são os outros.

A autora aceita o discurso do *outro* e adere a palavra ao seu discurso. No entanto, a não-coincidência do dizer, nesse caso, mostra sua insatisfação com a palavra. Convoca um conceito reconhecido – alegria – para dar nome a um sentimento que ela não consegue explicar no seu todo.

Em outro enunciado, presente no texto *Dois modos* aparece novamente um chamamento do *outro* para o interior de seu discurso.

(2) “Escrevendo, tenho observações por assim dizer passivas, tão interiores que se escrevem ao mesmo tempo em que são sentidas, quase sem o que se chama de processo.”

A não-coincidência entre a palavra e a coisa, demonstra uma dúvida em relação ao uso dessa palavra. A palavra *passiva* parece não se ajustar totalmente ao sentido que a autora queria passar. Também quando ela vai utilizar a palavra *processo*, ela atribui essa palavra ao *outro* impondo um não contentamento.

Essas são formas explicitamente metaenunciativas que implicam um *Eu digo*, *x*, mas através de expressões circunstanciais, assim como esse último caso destacado aqui:

(3) “Até hoje eu por assim dizer não sabia que se pode não escrever.”

Ainda, com o chamamento do *outro* para o discurso, nesse item o dialogismo bakhtiniano fica explícito, porém, o que mais interessa aqui é essa falta que ela demonstra, falta de palavras.

O sujeito feminino, como foi citado, traz a falta marcada em seu corpo e, como se pode notar, na linguagem. Essas marcas deixadas na linguagem denunciam o discurso do *Outro* que, no feminino, também se mostra aparente.

A escrita feminina se constrói nas bordas, como um discurso não marcado; a escrita feminina delinea os contornos do que se entende por falta. É um discurso da margem, é uma escrita da cisão, da ruptura. Irá corresponder a uma dimensão temporal sempre descontínua, sempre lacunar; a uma noção de sujeito não pleno, não acabado; uma escrita que não nega o vazio que a constitui, mas que, antes, exhibe-o, apresenta-o, e faz dele matéria de linguagem.

2.2 A palavra transborda o sentido

A língua é formada por signos que possuem cada qual um significado e um significante. O que ocorre é que essa formação não é estanque e existe mais de um significado para um significante, dependendo de seu uso. No discurso corrente, esse sentido é apreendido pelo contexto em que está inserido, mas nem sempre isso ocorre tão facilmente. No trecho do texto “Mistério”, essa não facilidade aparece.

(4) “Quando comecei a escrever, que desejava eu atingir? Queria escrever alguma coisa que fosse tranquila e sem modas, alguma coisa como a lembrança de um alto monumento que parece mais alto porque é lembrança. Mas queria, de passagem, ter realmente tocado no monumento. Sinceramente não sei o que simbolizava para mim a palavra *monumento*. E terminei escrevendo coisas inteiramente diferentes.”

A dúvida imposta pela escritora revela uma desavença em relação ao sentido no texto. Ao tentar expressar alguma coisa do seu ato de escrever, ela

utiliza uma metáfora que ela própria não explica. O sentido ali será dado por quem possa lê-lo, pelo leitor.

Como se trata de uma forma reflexiva passível do isolamento da cadeia enunciativa, observa-se uma forma explicitamente metalinguística com elemento autonímico. Ela faz uma parada no discurso para comentar a palavra monumento. Assume uma falta de sentido na palavra. Referindo-se a um fato do passado, ela o traz para o presente para repensá-lo; termina por não explicar, apenas marca o não-sentido.

Nessa formulação enunciativa de modalidade autonímica, a enunciação está como uma não-coincidência com ela mesma, em que o enunciador aparece como NÃO-UM no seu dizer. Ela produz uma clivagem desse dizer, proporcionando um distanciamento em relação a ele.

Pode-se observar, no entanto, que a autora, apesar de fazer uma volta na enunciação caracterizada por uma não-coincidência do dizer, não corrige esse dizer, somente assume uma não adequação da palavra.

Ao descrever o que ela queria atingir quando começou a escrever, dá vários indícios, tenta utilizar as palavras para entender, porém não conclui. É um texto não conclusivo, aberto, em que fica, na pessoa que lê, uma pergunta: o que é monumento? Essa não conclusão mostra o sentido como ultrapassando os limites do texto.

Já no enunciado citado a seguir ocorre diferente:

(5) “Uma de minhas irmãs ainda tem um presente de Dona Pupu: uma boneca de porcelana forrada de seda para se espetarem alfinetes. De nós três é a mais conservadora. Certas coisas eu peço para ela conservar para mim.”

É uma forma de duplicação sem elementos linguísticos marcantes, em que a palavra *conservadora* é duplicada, formando um trocadilho. De forma interpretativa, pode-se ver a palavra *conservadora* utilizada em dois sentidos:

- que conserva alguma coisa,
- favorável à manutenção de uma determinada situação e/ou que se opõe a mudanças radicais”.

Nesse enunciado, primeiro a autora representa os sentidos de oposição a mudanças radicais e manutenção de situações, para depois com “certas

coisas eu peço para ela conservar para mim” mudar este sentido para o primeiro em que se conservam coisas.

Essa forma conduz a uma ironia. Maingueneau (1997) estabelece que faz parte da essência da ironia suscitar a ambiguidade e que esta é um gesto dirigido a um destinatário, não apenas uma atividade lúdica, desinteressada. A ironia poderia ser assim um gesto defensivo, destinada a desmontar certas sanções ligadas às normas das instituições da linguagem.

“O interesse estratégico da ironia reside no fato de que ela permite ao locutor escapar às normas de coerência que toda argumentação possui, a um só tempo, dois valores contraditórios, sem, no entanto, ser submetido às sanções que isto deveria acarretar.” (p. 100).

O excesso do discurso feminino, o que transborda está na mesma mão que a falta citada anteriormente. Sobra em algum lugar, exatamente porque falta em outro. O que falta no corpo feminino pode transbordar em outros pontos, assim como na linguagem. A inscrição da subjetividade só é possibilitada através do acesso à linguagem, passando de desejo do outro a sujeito do desejo. Isso ocorre com qualquer sujeito, mas no sujeito feminino está mostrado.

O sujeito feminino mostra isso através do discurso, com uma ruptura com a lógica fálica do discurso. Essa ruptura permite a formulação de novos significados para as palavras e também para o feminino, ampliando os limites do simbólico e, conseqüentemente, conduzindo a uma outra compreensão da alteridade e da diferença, e estabelecendo outras formas de laços sociais.

2.3 A palavra se materializa

Quando se marca uma palavra com aspas, segundo Authier-Revuz (1998), está se mantendo essa palavra à distância, ou seja, afastando essa palavra do texto em geral. Ao mesmo tempo em que a palavra é sentido usado, ela é mencionada, sendo assim algo de material.

Na frase:

(6) “Que pena que só sei escrever quando espontaneamente a "coisa" vem.”

A palavra entre aspas nesse enunciado tem, segundo as classificações de Authier-Revuz, a função de suspensão da responsabilidade pelo enunciador e poderia ser classificada como condescendência, em que o locutor utiliza uma palavra comum ao vocabulário do receptor, marcando, porém seu distanciamento.

Maingueneau (1997) acrescenta que, diferentemente de uma expressão aspeada de um discurso direto – que remete à alteridade – a palavra entre aspas é utilizada para marcar uma menção e um uso dessa palavra, bem como já foi visto em Authier-Revuz. Nesse caso, a palavra *coisa* é ao mesmo tempo mostrada, marcada como estranha e integrada à sequência do discurso.

A escritora utiliza as aspas para questionar o caráter completamente apropriado da palavra *coisa*. Essa palavra tem uma entonação de algo sem explicação, de algo sem palavras, não representado através das palavras. Também, no texto, *Coisa*, dá um sentido de algo assustador.

Essa palavra não serve no limiar da autora para explicar o que ela refere – que seria algo como uma inspiração para a escrita. No entanto, Lispector usa-a mesmo assim, marcando-a com aspas para ressaltá-la.

Como foi citado anteriormente, classifica-se esse uso de aspas como condescendência, pois utiliza um termo que pode ser de aceso de todos. Maingueneau (1997) ressalta que para se utilizar as aspas é necessário que – mesmo que inconscientemente – se tenha uma representação de seu leitor e, do mesmo modo, oferecer a esse leitor uma certa posição em que o locutor se coloca.

Da mesma forma que a palavra aspeada, tem-se a palavra grifada que se vê a seguir:

(7) “Ando numa fase um pouco perigosa. É que estou estabelecendo contato com as pessoas com tanta facilidade que alguma ainda me acontece. Nesta fase, ou é meu irmão, ou meu filho, ou meu pai e minha mãe. No último domingo, estive em perigo. Eu tentava pegar um táxi, o que no domingo é mais difícil, pois muita gente que nunca anda de táxi resolve sair do sério e tomar.”

A palavra *perigo* aparece destacada. Mostra que o perigo é simbólico. Remete à fase perigo que ela escreve anteriormente e ao perigo da última frase. O perigo que ela destaca é um perigo subjetivo. Mas como a palavra remete a algo real, essa palavra foi usada aqui em itálico para marcar a dualidade.

Branco e Brandão apontam que a escrita de Clarice está em um lugar de palavras que se querem coisas e que, porém, continuam palavras. Sua escrita está como se fosse uma voz, que quase se escuta, mas que sempre é escrita. E, segundo as autoras, aí se pode visualizar o impossível da escrita feminina, em que o instante “já” é bem demarcado, mas, ao mesmo tempo, é como um “era”. Desejo de coisa, mas é sempre um signo, desejo de todo, mas desfaz-se em partes, quer parecer-se com um “eu”, mas o eu é sempre “outro”.

É por essa via, e só por essa via, que o feminino pode falar. E pode se fazer ouvir; pela via do simbólico a que, aliás, estamos todos submetidos, como seres de linguagem.

2.4 A palavra ganha vida

Com as determinações das teorias aqui expostas, vê-se que as palavras são ditas por um sujeito que é o sujeito do inconsciente. E, nas falhas que um discurso pode transparecer, esse inconsciente se faz presente. Ele ganha vida a partir de significantes que demonstram faltas. No enunciado:

(8) “Mas como é que me consolo dessa simples e tranquila alegria? É que não estou habituada a não precisar de consolo. A palavra consolo aconteceu sem se sentir, e eu não notei, e, quando fui procurá-la, ela já se havia transformado em carne e espírito, já não existia mais como pensamento.”

Nota-se que é uma forma completamente isolável na cadeia e é uma forma reflexiva que se transforma em um desdobramento no ato enunciativo.

É classificado em uma *forma explicitamente metalingüística com elemento autonímico*. Ela utiliza a palavra *consolo*, mas depois repensa essa

palavra. A modalização autonímica mostra que as palavras fluem, como se tivessem vida, como se tomassem forma e deixassem o pensamento.

A escritora dá (Dá) assim a impressão de que não é ela que guia a sua escrita e que as palavras não dão conta dos sentimentos. As palavras não bastam. As palavras faltam.

Branco e Brandão (1995) informam que há algum tempo as mulheres se fizeram presentes na escrita, surgindo a partir de então o que elas chamam de escritura feminista, sendo que a principal característica dessa escritura é a de estar em oposição a uma lógica fálica, que quer dizer uma lógica de unidade, de linearidade, de racionalidade e de afirmação de supremacia e autoridade.

Também na frase:

(9) “Essa conversa está eivada (jamais pensei que um dia usaria essa horrível palavra), está eivada de várias palavras oficialmente impublicáveis. No entanto, os leitores podem suprir as lacunas com os palavrões que acharem mais adequados”.

Novamente, tem-se uma forma explicitamente metalinguística com elemento autonímico, deixando aparente a falta no discurso e deixando clara a não-racionalidade.

Se um discurso tido como masculino é considerado um discurso sem vida, fechado, o discurso feminino, ao contrário, possui vida, está aberto às mudanças e mais do que isso cria essas mudanças.

Percebe-se uma relação entre essas características do discurso com o corpo feminino representado pela cultura, ou seja, dado a partir de uma falta. Se um novo discurso só pode ser compreendido mediante a repetição de seus signos presentes em enunciados anteriores, o discurso feminino se consolida no mundo das significações, apropriando-se de uma especificidade compatível com a marca de falta e castração impostas pelo discurso dominante.

Com o re-inventar da linguagem, as mulheres se re-inventam enquanto mulheres e re-inventam o significado do feminino na cultura. Isso se nota a partir de uma nova construção de discurso que deixa de ser mediada pelo “falo”.

Essa nova construção do discurso propicia a constituição de um laço social que não pretende a exclusão do outro e que se caracteriza por seu aspecto de união das diferenças, pois não mais se trata de produzir um discurso organizador em torno de posições fixas e restritas – ou de sujeito ou de objeto do discurso. Essas categorias passam a se apresentar em permanente mobilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo a ser concluído aqui surge do desejo de alguém que se enquadra no grupo feminino. Assim, nesta conclusão, parte-se do princípio que isso pode ser considerada uma escrita feminina. Apesar de ser uma escrita acadêmica, em que a organização faz-se importante, notam-se borrões deixados pela inevitável falha constitutiva tão mencionada anteriormente.

O desejo de escuta das mulheres transformou-se em desejo de análise de sua escrita e, assim, em desejo de análise de textos de Lispector. O mergulho em seus textos desacomoda um ser humano por escamotear a totalidade do ser humano, por brincar com a escrita. Lispector brinca com as palavras e assim deixa visível a falha da linguagem.

Faltam palavras. Há sempre outra que pode servir melhor, ou contribuir. O sentido de uma palavra pode transbordar, pode ir além do que a autora quis dizer. E Clarice brinca com isso, deixa claro e adere o sentido abandonado ao texto. Lispector tenta traduzir em palavras os sentimentos. Diferentemente de apenas descrever a vida, ela fala de dentro.

Lispector escreve o que sente. E transparece toda a dor do corpo. É com a alma e com o próprio corpo que ela escreve. A falta está aí inscrita, assim como no corpo, na linguagem. O dizer é cortado, sempre um a mais, como na ilusão da totalidade.

Ao mesmo tempo em que tenta de todo modo completar o sentido, Lispector deixa esse em aberto. Ela constrói toda a forma de teoria e explicação para as coisas, mas, contraditoriamente, por vezes, não explica.

Se aqui se busca uma característica da escrita feminina essa é a que se julga mais aparente, a velha contradição, a velha dicotomia. O duplo. Ser e não ser. O sentido e o não sentido. É amor e ódio, é dor e prazer, é sofrimento e alegria.

Se todas essas características dizem respeito ao feminino, de outro lado tem-se a linguagem. Essa que tem toda responsabilidade de transmitir, de comunicar. Essa responsabilidade que gera a ilusão de completude para a linguagem, como sendo aquela que tudo pode ou aquela que não tem falhas.

No entanto, sabe-se que isso é uma inverdade. Não passa de uma ilusão pensar que a linguagem não tem falhas. Ela é o sujeito e esse é falhado. Considerando-se o sujeito enquanto castrado, considera-se a linguagem também como faltante.

Mas se o sujeito é castrado, tanto homem como mulher, por que aparece na mulher a falha constitutiva do ser humano?

A mulher é tida, desde outrora, como aquela que carrega todo o peso de um não. E na linguagem não é diferente, o feminino deixa visível a falha constitutiva. E a escrita feminina é caracterizada por fazer das faltas uma característica da arte de escrever.

Pode-se perceber que Lispector consegue uma saída para a falta, mostrando-a. É claro que essa característica não aparece somente nessa escritora e nem tampouco só nas mulheres, porém tem-se essa característica como algo que remete ao feminino.

A dúvida, o questionamento, a incerteza é um aspecto que Lispector deixa transparecer em sua escrita e que dá o aspecto de coisa viva às palavras. Como a sedução feminina de um corpo com curvas, a escrita também se utiliza dessas curvas, desses desvios. Esses desvios escamoteiam as falhas. O corpo feminino é a linguagem feminina, sua sedução, seu encantamento está nas curvas, nos altos e baixos, na não linearidade, no não-todo.

Conclusivamente, torna-se mais importante pensar que toda essa falta faz do feminino um palco para a criação do novo. A descoberta do mundo aqui é a invenção do mundo feminino. As mulheres precisaram inventar um mundo feminino e, com ele, uma forma de escrita; abrindo os sentidos para o novo, para a criação, criando assim novos significados para as palavras e também para o próprio feminino. Essa é a versão do feminino caracterizada aqui. Um feminino criativo, um feminino criador.

Por fim, é importante ressaltar que o trabalho redigido aqui foi feito por uma mulher e assim caracteriza-se por estar dentro do que aqui se considera uma escrita feminina, com falhas, voltas e recomeços. Assim, faz-se desse trabalho uma abertura para novos questionamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras Incertas**: As não coincidências do dizer. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

_____. **Entre a Transparência e a Opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ARRIVÉ, Michel. Freud e a autonímia. In : SCHÄFFER, Margareth; FLORES, Valdir; BARBISAN, Leci. **Aventuras do Sentido: Psicanálise e Lingüística**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Questões de literatura e estética**: a teoria do romance. São Paulo: HUCITEC, 1988.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Flores, 2003.

BRAIT, Beth. **Estudos Enunciativos no Brasil**: Histórias e Perspectivas. Campinas: Pontes, 2001.

BRANCO, Lucia Castello. BRANDÃO, Ruth Silviano. **Literaterras**: As bordas do corpo literário. São Paulo: ANNABLUME, 1995.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas: Pontes Editores, 2005.

_____. **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas: Pontes Editores, 2006.

COSATA, Ana. **Corpo e escrita**: relações entre memória e transmissão de experiência. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FLORES, Valdir; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à Lingüística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FREUD, Sigmund. **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**: Edição *Standard* brasileira. Vol XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GIACOMELLI, Karina. **Um jogo de mascaras**: a(s) heterogeneidade(s) enunciativa(s) e o discurso pedagógico sobre os conteúdos de ensino. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2002.

JAKOBSON, Roman. **Lingüística e Comunicação**. Cultrix: São Paulo, 1995.

KARAN, Henriette. A linguagem e as mulheres. In: TIBURI, Márcia; MENEZES, Magali de; EGGERT, Edla. **As mulheres e a filosofia**. São Leopoldo: EDITORA UNISINOS, 2002.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do Feminino**: A mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

LACAN, Jacques. **O Seminário**, Livro 3. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco. 1998.

LONGO, Leila. **Linguagem e psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NAZAR, Tereza. O escrito da escrita. In: **A escrita e os escritos**: Reflexões em Análise do discurso e psicanálise. São Carlos: Claraluz, 2006.

POLI, Maria Cristina. **Feminino/Masculino: A diferença sexual em psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1977.

SOLER, Colette. **O que Lacan dizia das mulheres**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

TEIXEIRA, Marlene. **Análise de discurso e Psicanálise: Elementos para uma abordagem do sentido no discurso**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

TOMAZ, Jerzuí Mendes Tôrres. O Enigma do Feminino. In: LIMA, Nadia Regina Loureiro de Barros. (org.). **O Feminino na Psicanálise**. Maceió: EDUFAL, 2001.

ANEXOS

QUASE BRIGA ENTRE AMIGOS

Sou amiga de Carlinhos, ou melhor, de José Carlos de Oliveira, há muitos anos. Já vimos muito jogo de futebol na nossa televisão, quando meus filhos eram pequenos. Vou reproduzir uma das muitas conversas nossas. Essa conversa está eivada (jamais pensei que um dia usaria essa horrível palavra), está eivada de várias palavras oficialmente impublicáveis. No entanto os leitores podem suprir as lacunas com os palavrões que acharem mais adequados.

UM DEGRAU ACIMA: O SILÊNCIO

Até hoje eu por assim dizer não sabia que se pode não escrever. Gradualmente, gradualmente até que de repente a descoberta tímida: quem sabe, também eu já poderia não escrever. Como é infinitamente mais ambicioso. É quase inalcançável.

DOIS MODOS

Como se eu procurasse não aproveitar a vida imediata, mas sim a mais profunda, o que me dá dois modos de ser: em vida, observo muito, sou ativa nas observações, tenho o senso do ridículo, do bom humor, da ironia, e tomo um partido. Escrevendo, tenho observações por assim dizer passivas, tão interiores que se escrevem ao mesmo tempo em que são sentidas, quase sem o que se chama de processo.

É por isso que no escrever eu não escolho, não posso me multiplicar em mil, me sinto fatal a despeito de mim.

- A criação artística é um mistério que me escapa, felizmente.

ALEGRIA MANSA – TRECHO

Pois a hora escura, em pleno dia, precedeu essa coisa que nem quero sequer tentar definir. Em pleno dia era noite, e essa coisa que não quero ainda tentar definir é uma luz tranqüila dentro de mim, e a ela chamariam de alegria, alegria mansa. Estou um pouco desnorteada, como se um coração me tivesse sido tirado, e em lugar dele estivesse agora a súbita ausência, uma ausência quase palpável do que era antes um órgão banhado de escuridão diurna da dor. Não estou sentindo nada. Mas é um contrário de um torpor. É um modo mais leve e mais silencioso de existir.

Mas também estou inquieta. Eu estava organizada para me consolar da angústia e da dor. Mas como é que me consolo dessa simples e tranqüila alegria? É que não estou habituada a não precisar de consolo. A palavra consolo aconteceu sem se sentir, e eu não notei, e quando fui procurá-la, ela já se havia transformado em carne e espírito, já não existia mais como pensamento.

Vou então à janela, esta chovendo muito. Por hábito estou procurando na chuva uma alegria tão grande que se torne aguda, e que me ponha em contato com uma agudez que se pareça com a agudez da dor. Mas é inútil a procura. Estou à janela e só acontece isso: vejo os olhos benéficos a chuva, e a chuva me vê de acordo comigo. Estamos ocupadas ambas em fluir. Quanto durará esse meu estado? Percebo que, com essa pergunta, estou apalpando meu pulso para sentir onde estará o latejar dolorido de antes. E vejo que não há o latejar da dor. Apenas isso: chove e estou vendo a chuva. Que simplicidade. Nunca pensei que o mundo e eu chegássemos a esse ponto de trigo. A chuva cai não porque está precisando de mim, e eu olho a chuva não porque preciso dela. Mas nós estamos tão juntas como a água da chuva está ligada à chuva. E eu não estou agradecendo nada. Não tivesse eu, logo depois de nascer, tomado involuntária e forçadamente o caminho que tomei – e teria sido sempre o que realmente estou sendo: uma camponesa que está num campo onde chove. Nem sequer agradecendo a Deus ou à natureza. A chuva também não agradece nada. Não sou uma coisa que agradece ter se transformado em outra. Sou uma mulher, sou uma pessoa, sou uma atenção, sou um corpo olhando pela janela. Assim como a chuva não é grata por não

ser uma pedra. Ela é uma chuva. Talvez seja isso que se poderia chamar de estar vivo. Não mais que isto: vivo. E apenas vivo é uma alegria mansa.

LIÇÕES DE PIANO

Meu pai queria que suas três filhas estudassem música. O instrumento escolhido foi o piano, comprado com grande dificuldade. E professora mais gorda não podia ser. Era literalmente obesa e tinha mãos minúsculas. Era certo o seu nome: Dona Pupu. Para mim, as lições de piano eram uma tortura. Só duas coisas eu gostava das lições. Uma era um pé de acácia que aparecia empoeirado a uma curva do bonde e que eu ficava esperando que viesse. E quando vinha – ah como vinha. A outra: inventar músicas. Eu preferia inventar a estudar. Tinha nove anos e minha mãe morrera. A musiquinha que inventei, então, ainda consigo reproduzir com dedos lentos. Porque no ano em que morreu minha mãe? A música é dividida em duas partes: a primeira é suave, a segunda meio militar, meio violenta, uma revolta supenho. Quando Dona Pupu tocava Chopin me enjoava. Chopin de quem eu gosto. O que não acontecia quando ela me dava doces para comer porque ela comia mesmo. Para estudar eu tinha tanta, mas tanta preguiça que pedia para uma de minhas irmãs para tocar no fininho enquanto eu tocava no grosso ou normal mesmo. E ainda tive sorte: imagina se meu pai quisesse que eu estudasse violino fino. Eu também tocava de ouvido. Mas uma de minhas irmãs tinha talento verdadeiro. Mudou de Dona Pupu para o Maestro Ernani Braga, do Conservatório de Música de Recife. E ele lhe perguntou se ela gostaria de se tornar pianista. Não sei porque ela não quis. Meu pai de noite pedia para tocarmos. Lembro-me de uma tarde, ele estava dormindo, acordou com o rádio e perguntou emocionado que música era aquela. Era Beethoven. Uma de minhas irmãs ainda tem um presente de Dona Pupu: uma boneca de porcelana forrada de seda para se espetarem alfinetes. De nós três é a mais conservadora. Certas coisas eu peço para ela conservar para mim. De Dona Pupu guardo sobretudo as acácias amarelas. Quem morava naquela casa? Isso me interessava mais que as lições de piano. Como eu errava. Ficava pensando em outras coisas. E na própria Dona Pupu. Como é que uma pessoa tão obesa tinha mãos tão delicadas e pequenas, e que voavam no piano. Já deve ter morrido. E que caixão largo devem ter

comprado. Ela era casada. Como é que pode? Na minha ignorância genuína devia ser um dos problemas que me preocupavam durante as lições. Na casa de Dona Pupu tinha uma escadaria de entrada onde eu brincava antes da aula. Acho que não tenho mais nada a dizer. Eu também passei para Ernani Braga que disse que eu tinha dedos frágeis. Prefiro calar-me: este também morreu. E meus dedos não são frágeis. Eu tenho uma força, eu sei. E minha força está na suavidade.

ESCREVER

Eu disse uma vez que escrever é uma maldição. Não me lembro por que exatamente eu o disse, e com sinceridade. Hoje repito: é uma maldição, mas uma maldição que salva.

Não estou me referindo muito a escrever para jornal. Mas escrever aquilo que eventualmente pode se transformar num conto ou num romance. É uma maldição porque obriga e arrasta como um vício penoso do qual é quase impossível se livrar, pois nada o substitui. E é uma salvação.

Salva a alma presa, salva a pessoa que se sente inútil, salva o dia que se vive e que nunca se entende a menos que se escreva.

Escrever é procurar entender, é procurar reproduzir o irreproduzível, é sentir até o último fim o sentimento que permaneceria apenas vago e sufocador. Escrever é também abençoar uma vida que não foi abençoada.

Que pena que só sei escrever quando espontaneamente a "coisa" vem. Fico assim à mercê do tempo. E, entre um verdadeiro escrever e outro, podem-se passar anos.

Lembro-me agora com saudade da dor de escrever livros.

MISTÉRIO

Quando comecei a escrever, que desejava eu atingir? Queria escrever alguma coisa que fosse tranqüila e sem modas, alguma coisa como a lembrança de um alto monumento que parece mais alto porque é lembrança. Mas queria, de passagem, ter realmente tocado no monumento. Sinceramente não sei o que simbolizava para mim a palavra *monumento*. E terminei escrevendo coisas inteiramente diferentes.

FAMILIARIDADE

Ando numa fase um pouco perigosa. É que estou estabelecendo contato com as pessoas com tanta facilidade que alguma ainda me acontece. Nesta fase, ou é meu irmão, ou meu filho, ou meu pai e minha mãe. No último domingo estive *em perigo*. Eu tentava pegar um táxi, o que no domingo é mais difícil pois muita gente que nunca anda de táxi resolve sair do sério e tomar. Não encontrei nenhum no lugar onde geralmente acho com facilidade, e resolvi caminhar até um ponto deles: estava vazio, a rua limpa. Fiquei ali mesmo esperando que algum aparecesse. Depois de muito tempo quem apareceu foi um grupo de pré-adolescentes, de uns 14 anos cada, não mais. As duas mocinhas de saia pelo meio das coxas, um dos meninos de cabelos crescidos até metade do pescoço. Junto de mim pararam, e a conversa deles era insolente e falsamente livre. Pensei: estão esperando um táxi, quem vai ganhar são eles, pois sempre me recuso a correr, acho feio correr. Pensamento vai, pensamento vem, resolvi perguntar: “Vocês estão esperando um táxi?” resposta em tom malcriado de um deles: “Estamos”. Eu disse: “Mas o primeiro que vier vai ser meu, pois estou aqui a mais tempo que vocês”. O menino cabeludo respondeu com o pior tom de voz: “E porque é que eu...” Interrompi-o: “Por causa do que eu já disse, e porque eu podia ser mãe de vocês e não pretendo disputar táxi com um filho meu.” Eles ficaram por meio segundo me olhando perplexos, e então o menino respondeu com voz inteiramente obediente e de súbito como uma criança mesmo: “Sim senhora”.

O perigo passara.